



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
E CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC

DANIELE FREIRE PROCÓPIO

PEDAGOGIA DECOLONIAL
EDUCAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E
MARISQUEIRAS: UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE
ILHA DE MARÉ, SALVADOR, BAHIA

Salvador

2020

DANIELE FREIRE PROCÓPIO

PEDAGOGIA DECOLONIAL
EDUCAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E
MARISQUEIRAS: UMA EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE
ILHA DE MARÉ, SALVADOR, BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação e Contemporaneidade, linha de pesquisa
Processos Civilizatórios, Educação, Memória e
Pluralidade Cultural, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa.

Salvador

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Dados fornecidos pelo autor

P963p Procopio, Daniele Freire

Pedagogia Decolonial. Educação de pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras: Uma experiência na comunidade pesqueira de Ilha de Maré, Salvador, Bahia / Daniele Freire Procopio.-- Salvador, 2020.

264 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Câmpus I. 2020.

1.Educação de pescadores(ras) e marisqueiras. 2.Pedagogia decolonial . 3.Saberes e práticas tradicionais . 4.Pesca Artesanal. 5.Território pesqueiro - quilombola.

CDD: 370

AGRADECIMENTOS

A minha mãe pelo amor, dedicação incansável e paciência.

A Bruno Santos, meu companheiro, namorado e amigo. Obrigada por acreditar em cada um dos meus sonhos, por me incentivar e por ser a terra dessa ser canceriana mergulhada nas águas.

As minhas amigas queridas Daiana, Talita, Tatiane e Andreane. Gratidão pelas risadas fora de hora, pelo companheirismo, pelos cafés, passeios e por tornarem essa jornada tão solitária um local de afeto. Que venham muitas outras viagens.

A Edmar meu irmão de PPGEduc e amigo pra vida. Gratidão por me ouvir sempre que batia o desespero.

Aos povos das águas pelas infindas e inesquecíveis aprendizagens.

A Maria José Pacheco por ter me apontado o caminho da Ilha de Maré.

A Eliete Paraguassu e Marizelha Lopes pelo apoio imprescindível. Foi uma honra estar próximo de mulheres tão exuberantes e que carregam a força das águas na luta pelo território pesqueiro.

A Dona Eliana por ter me acolhido em sua casa com tanto carinho.

A Sidiana por ter me recebido no Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras e por compartilhar comigo o seu amor pela educação. Agradeço também a todos os seus familiares por me receberem no seio da sua família durante os dias de pesquisa.

A Elivandro Paraguaçu por ter aceitado o convite de participar da pesquisa. A Érica

pela parceria nas andanças pela comunidade do Martelo e Porto dos Cavalos.

Agradeço a todos os interlocutores e sujeitos da pesquisa pela participação. Agradeço aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ilha de Maré, a direção, vice-direção, coordenação pedagógica e toda a equipe pedagógica da referida escola. Agradeço também a toda equipe da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, e a direção da Escola Municipal de Bananeiras.

Agradeço a Ilha de Maré por ter me ensinado tanto.

A Edielso Barbosa e Marcella Laize por me ajudarem na escrita sobre a Escola das Águas. À Fapesb – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia pela bolsa, sem ela tudo teria sido muito mais difícil.

Isa e Dian pela acolhida amorosa em seu lar para além do Hostel. Obrigada, pois sempre me senti na Casa de Mainha.

A Stan e Dona Ângela por terem tornado o primeiro ano do mestrado e a distância de casa algo tão leve.

Às minhas companheiras e aos meus companheiros de mestrado por nunca terem transformado a Linha 1 de 2018.1 em um briga de egos inflados de conhecimentos.

A minha família pelo amor infinito que dedicamos uns aos outros.

Aos meus filhotes de quatro patas Cocadinha e Mingau por me distraírem quando parecia que eu ia ser abduzida pela tela do computador.

Quero agradecer as águas pelas travessias, ao mangue pela experiência e a lama por me ajudar a criar. Gratidão a todos os seres encantados que me acompanharam na minha jornada das águas.

À Profa. Dra. Livia Fialho minha orientadora.

À Profa. Dra. Rosiléia Almeida e ao Prof. Dr. Eduardo Nunes pela importante participação na construção da minha pesquisa.

Aos professores Dr. Luciano Santos e Dra. Sueli Mota pelas melhores manhãs de quarta-feira que um estudante pode ter. Gratidão a todos e todas que fazem o PPGEduc.

A UNEB, essa Universidade pela qual tenho um carinho imenso desde a minha graduação. Tenho muito orgulho de ter feito parte do PPGEduc, pois esse programa sempre foi a menina dos meus olhos.

Por fim quero agradecer a mim por ter me mantido serena na caminhada.

*Aos povos das águas...
Essa roda nos abraça.
Ela é a trama das falas,
as danças da luta,
os passos da resistência,
o entoar de novos e velhos cânticos.
É a soma de vozes de todos os cantos.
A roda é a expressão mística da força
que a gente não sabe nem onde começa
e nem onde termina,
a gente só sabe que é um eterno movimento.*

Daniele Freire Procópio

RESUMO

Esta dissertação investiga os elementos presentes na educação escolar da comunidade pesqueira de Ilha de Maré (Salvador–Bahia) que acenam para a importância e fortalecimento da memória cultural e para a sobrevivência da identidade plural e dinâmica da comunidade, organização local e alteridade de seus membros. O objetivo desse estudo consiste em identificar os conhecimentos e práticas incorporados ao currículo escolar que colaboram na preservação dos saberes da comunidade pesqueira pesquisada. Os sujeitos da pesquisa são pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras matriculados (das) na turma da Educação de Jovens e Adultos – EJA TAP V, de uma Escola Municipal da Ilha. Os interlocutores são estudantes com idades entre 18 e 19 anos, moradores das comunidades do Martelo e Bananeiras e atuam em atividades ligadas à cultura da pesca artesanal. Além dos(as) cinco jovens estudantes da EJA, foram entrevistados outros 16 sujeitos, dentre eles diretoras, professoras (es), coordenadoras pedagógicas, lideranças locais, alunos do Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras e a Secretária Executiva do Regional BA-SE do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP). As entrevistas aconteceram em diferentes espaços e também contaram com uso de recursos tecnológicos devido ao isolamento social decretado como medida de segurança durante a pandemia da Covid-19, em 2020. O referencial teórico está ancorado no campo dos estudos da pedagogia decolonial, tendo como enfoque uma metodologia pautada na pesquisa qualitativa e etnográfica em educação. O estudo parte de três categorias de análise: a educação de pescadores (as), território pesqueiro e pedagogias decoloniais. Tradição e modernidade, território, desterritorialização e reterritorialização são entendidos como campos de tensão situados na pesca artesanal e que vão direcionar o trabalho de educação popular decolonial. A discussão perpassa um projeto dialógico de educação numa perspectiva decolonial, no âmbito de um movimento social e ecológico - ecologia como “oikos” – casa, e “logos” – reflexão, de escola. Os resultados mostraram que as escolas da Ilha têm buscado implementar práticas pedagógicas pautadas nos saberes locais, mas enfrentam questões administrativas que dificultam a progressão do trabalho, bem como ainda precisa ser estreitada a relação entre escola e comunidade para a consolidação das diretrizes educacionais quilombolas e o alinhamento de propostas vinculadas às necessidades educacionais do território pesqueiro. O mar, a maré, o mangue, o tempo se mostraram como essenciais no processo de formação educacional alinhado à cultura da pesca artesanal e da mariscagem. Os saberes, a ancestralidade e a espiritualidade, constituídos historicamente no *maritório*, partem da natureza na comunhão com os povos das águas. As experiências educacionais do Conselho da Pastoral dos Pescadores (CPP), do Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras e da Escola das Águas apontam para a efetividade de práticas pedagógicas decoloniais no

território pesqueiro. Nelas são ressignificadas as práticas cotidianas a partir da educação voltada para os valores da solidariedade e alteridade pensadas a partir dos próprios sujeitos e das perspectivas das comunidades e seus territórios, visando a justiça social, o acesso a direitos e o fortalecimento da luta pelo território através de uma educação [contextualizada] das águas.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Pedagogia decolonial. Território.

ABSTRACT

This work investigates the school education elements at the fishing community of Ilha de Maré (Salvador – Bahia) which point to the importance of strength of cultural memory and to the survival of the plural identity of the community, local organization and otherness of its members. This study aims to verify the knowledge and practices incorporated to school curriculum that collaborates in preserving the knowledge of the researched fishing community. The research subjects are fishermen, artisanal fishermen and women who collect shellfish enrolled in the class of Education Youth and Adult - EJA TAP V from a local public school on the island. The surveyed are students between 18 and 19 years old; residents of Martelo and Bananeiras communities and work in activities related to the culture of artisanal fishing. In addition to the five young students from EJA, 16 other subjects were interviewed, among them principals, teachers, pedagogical coordinators, local leaders, students from Support Center for Shellfishing Women Children and the executive secretary of Regional BA SE of Pastoral Council of Fishermen (PCF)). The interviews took place in different spaces and relied on the use of technological resources due to the social isolation enacted as a security measure during the Covid-19 pandemic in 2020. The theoretical framework is anchored in the field of decolonial pedagogy studies, based on qualitative and ethnography research in education. The study starts from three categories of analysis: fishermen education, fishing territory and decolonial pedagogy. Tradition and modernity, territory, deterritorialization and reterritorialization are understood as fields of tension located in artisanal fishing and that will guide decolonial popular education work. The discussion runs through a dialogic education project in a decolonial perspective, under a social and environmental movement - ecology as “oikos” – house and “logos” – reflection, from school. The results showed that schools on the island have been working to implement pedagogical practice based on local knowledge but they also face administrative issues that difficult the work progression, they also need to strengthen the relationship between school and community to consolidate quilombola educational guidelines and the alignment of proposals focused on the educational needs of the fishing territory. The sea, the tide, the mangrove, the time proved essential in the educational process aligned with the culture of artisanal fishing and shell fishing. Knowledge, ancestry and spirituality, historically constituted in the sea territory comes from the nature in communion with sea people. The educational experiences of Pastoral Council of Fishermen (PCF), Support Center for Shellfishing Women Children and School of Waters show us the effectiveness of decolonial pedagogical practices in the fishing territory. Their daily practices are reframed based on education and focused on the values of solidarity and otherness, thought from the subjects themselves and from the perspectives of communities and their territories. Aiming at social justice, access to rights and the strengthening of the struggle for the territory through a [contextualized] education of waters.

Keywords: artisanal fishing, decolonial pedagogy, territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Travessia entre a comunidade do Martelo e o bairro de Paripe.....	27
Figura 2 Mapa da Ilha de Maré mostrando as comunidades onde estão localizadas as escolas.....	117
Figura 3 Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima.....	126
Figura 4 Organograma – Bases do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima.....	130
Figura 5 Escola Municipal de Bananeiras.....	140
Figura 6 Pátio da Escola Municipal de Ilha de Maré.....	149
Figura 7 Vista lateral da quadra de esportes da Escola Municipal de Ilha de Maré e Horta comunitária.....	150
Figura 8 Vista aérea da Escola Municipal de Ilha de Maré.....	151
Figura 9 Centro de Apoio aos Filhos dos Pescadores e Marisqueiras.....	207
Figura 10 Símbolo da Escola das Águas.....	220
Figura 11 Organograma Escola das Águas.....	226
Figura 12 Pedagogia da Alternância.....	229

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Entrevistados (as).....	23
Quadro 2 Coleta de depoimentos através de aplicativo de celular.....	25
Quadro 3 Divisão da Observação na Ilha de Maré entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020.....	25
Quadro 4 Interlocutores.....	96
Quadro 5 Discentes evadidos e desistentes.....	172
Quadro 6 Discentes matriculados (as) entrevistados (as).....	173
Quadro 7 Disciplinas e Eixos da Escola das Águas.....	231

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANP Associação Nacional das Pescadoras
APCP Áreas de Proteção Cultural e Paisagística
CIA Centro Industrial de Aratu
CME Conselho Municipal de Educação
CPP Conselho Pastoral dos Pescadores
EJA Educação de Jovens e Adultos
FAO Food and Agriculture Organization
FJP Fundação João Pinheiro
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRE Gerência Regional de Educação
GR Gerência Regional
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MB Mapeamento Biorregional
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA Ministério da Pesca e Agricultura
MPP Movimento dos Pescadores e Pescadoras
OIT Organização Internacional do Trabalho
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP Projeto Político Pedagógico
PROSA Programa Salvador Avalia
RGP Registro Geral da Pesca
RLAM Refinaria Landulpho Alves
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMEd Secretaria Municipal de Educação
TAP Tempo de Aprendizagem
TEMADRE Terminal de Madre de Deus
TOPA Todos pela Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	21

2 FORJADOS E FORJADAS NO TERRITÓRIO – OS POVOS DAS ÁGUAS.....	42
2.1 DE SÃO PEDRO - O PESCADOR, A LOGUN EDÉ: OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS.....	43
2.2 NANÃ BURUKU E A LAMA DIVINA DA CRIAÇÃO – AS PESCADORAS E MARISQUEIRAS.....	47
2.3 A PESCA ARTESANAL E OS PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO.....	52
3 MARÉ DE VAZANTE.....	67
3.1 FLUXO E REFLUXO DA MARÉ: O MOVIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO DE EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DECOLONIAL.....	68
4 DIÁRIO DE BORDO – CAMINHANDO E CONVERSANDO: O CURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA E OS (DES)CAMINHOS DAS ÁGUAS.....	89
5 ILHA DE MARÉ, MINHA SENHORA!.....	105
5.1 E NO COMEÇO, TUDO ERA KIRIMURÊ – ILHA DE MARÉ: O PARAÍSO ESQUECIDO, POR QUEM?	107
6 A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL MUNICIPAL NA ILHA DE MARÉ: O PROJETO DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO PESQUEIRO.....	117
6.1 ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.....	126
6.2 ESCOLA MUNICIPAL DE BANANEIRAS.....	140
6.3 ESCOLA MUNICIPAL DE ILHA DE MARÉ.....	149
6.4 AS TRAVESSIAS ESCOLARES: TEM PESCADOR E MARISQUEIRA JOVEM NA EJA.....	171
7 AGORA SÃO TRÊS: UMA ESCOLA E UM TERRITÓRIO – A	

EXPERIÊNCIA DO SER MAIS ATRAVÉS DE PRÁTICAS	
EDUCACIONAIS DECOLONIAIS.....	182
7.1 OS	
CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL DAS ÁGUAS:	182
ENTRE A ESCOLA QUE TEMOS E ESCOLA QUE QUEREMOS.....	194
7.2 EXPERIÊNCIAS DECOLONIAIS NO TERRITÓRIO PESQUEIRO.....	194
7.2.1 O Conselho Pastoral dos Pescadores.....	206
7.2.2 Centro de Apoio ao filho ao pescador, pescadora e marisqueira.....	220
7.2.3 Escola das Águas: a educação das águas.....	
	233
8 CONSIDERAÇÕES	
	241
REFERÊNCIAS.....	
	254
APÊNDICE A.....	
	257
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE	
ESCLARECIDO.....	
	260
ANEXO B –TERMO DE ASSENTIMENTO DE MENOR	
	262
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	
ESCLARECIDO – RESPONSÁVEL PELO MENOR.....	
	14

APRESENTAÇÃO

Sou Daniele Freire Procópio, mulher, nordestina, moradora da cidade de Paulo Afonso – BA, mais especificamente da Ilha de Paulo Afonso, cidade situada no **Sertão** do semiárido nordestino e banhada pelas águas do Velho Chico. Este é o meu lugar. Enquanto educadora, o meu olhar em constante construção foi direcionado para os povos das águas. O mar e o rio,

que para muitos são locais de lazer, para mim é fonte de contínuo estranhamento, mistério, aprendizado e respeito. E o território formado por terra e água é o lugar de morada, de trabalho, de partilha, de vida e de espiritualidade.

Foram diversos encontros, conversas à sombra de árvores enquanto as mulheres catavam siri, cafés e conversas nos finais de tarde e andanças pelas comunidades. Amanhecer já vislumbrando o mangue fez parte de alguns dos meus dias, assim como partilhar de almoços saborosos e cheios de história. Que maravilha é um pirão de banana! Foi uma surpresa saber que, ao me perguntarem se eu comia qualquer coisa, o almoço era um escaldado de belos camarões, com pirão do escaldado. A cena lembrou-me uma fala atribuída a Elionice Sacramento – marisqueira da cidade de Salinas das Margaridas, que reverbera por entre os cantos, quando certa vez ela disse que só sabe que é pobre quando sai de sua comunidade.

Eu fui aprendendo e compondo minha pesquisa nos quintais, nas casas, nos barcos, nas inúmeras travessias, nos espaços educacionais, nas palestras, nas mobilizações, nas conversas com as lideranças, assistindo televisão com a minha anfitriã, observando seus netos brincando no apicum¹ enquanto preenchia minhas memórias no diário de bordo sentada no seu quintal todo coberto de cascalhos – que me remetia aos históricos sambaquis – e no observar do vai e vem da maré e como ela dita o ritmo da comunidade. Por muitas vezes, agradei a oportunidade de estar na Ilha de Maré com aquelas pessoas. No dia em que saí do Martelo no breu da madrugada de barco até Paripe², eu aprendi muito sobre a força da mulher marisqueira. Meu respeito por elas se ampliou ainda mais.

Durante dias eu pude ver a dinâmica da vida na Ilha através do quintal de Dona Eliana mulher negra, marisqueira desde os 9 anos e que me recebeu em sua casa durante um período

¹“zona de transição entre o manguezal e a terra firme” (SCHMIDT; BEMVENUTI; DIELE, 2013). ²No dia 16 de novembro de 2019, três pescadoras artesanais e marisqueiras, um pescador e eu saímos de barco da comunidade do Martelo até o bairro de Paripe. Iniciamos a travessia por volta das 3h da manhã e atracamos por volta das 5h. Todas as sextas-feiras essas mulheres das águas vão até a feira comercializar os seus produtos.

da pesquisa. Lá presenciei conversas, desde as triviais de vizinhos até as que perpassam a luta no território. Em Bananeiras, tive o honra de me hospedar no seio da família de dois guardiões da história da localidade. Do alto da casa de onde fiquei, era um prazer observar a dinâmica da convivência no quintal onde moravam quase todos seus filhos e filhas, netos e netas. Foi uma honra conversar com esses dois guardiões e partilhar de conversas com eles e seus familiares.

Quero pontuar três marcos que mudaram o caminho da minha pesquisa. Enquanto os

apresento, pincelarei alguns primeiros caminhos até a Ilha de Maré.

O **primeiro marco** – Esse é único repleto de sentimento de felicidade. O marco “número 1” foi conhecer o Conselho da Pastoral dos Pescadores. Aliás, esse não foi só um marco, foi o vento que direcionou a minha vela em direção a Ilha de Maré, Salvador, Bahia. Obrigada Cosme e Damião! Comer o caruru ofertado pelo Conselho da Pastoral dos Pescadores (CPP) no II Ciclo de Debates em Noite de Lua Cheia me trouxe sorte.

O **segundo marco** – Foi sentido pelo Brasil inteiro e, mais intensamente pelo povo do Nordeste. Esse marco é a chegada do “óleo”³ no litoral nordestino e na Baía de Todos os Santos no dia 17 de outubro. As manchas não atingiram a Ilha de Maré, mas os seus reflexos e efeitos foram sentidos. Falas como: “*O que fazer com o pescado e com o marisco já que ninguém quer comprar?*” “*Quanto você tem de marisco no seu frizer? Precisamos fazer um levantamento do que temos em casa!*” foram recorrentes enquanto estive no campo.

No processo de observação, percebi que a comunidade tinha uma demanda urgente, então, nesse momento, recuei em algumas ações, principalmente as que envolviam as lideranças. Havia, como Eliete Paraguassu expressou, “um cansaço físico e mental”

³ As primeiras manchas de óleo bruto ou de petróleo, como os(as) pescadores(as) preferem nomear, chegaram às praias do Nordeste no dia 30 de agosto de 2019. Elas atingiram também os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. (PENA et al., 2020) Conforme o IBAMA (2019) 764 localidades já haviam sido atingidas pelas manchas até novembro de 2019. Vale destacar que o Plano Nacional de contingência não foi acionado inviabilizando ações que poderiam minimizar e conter a chegada do óleo e que até o momento não temos respostas sobre a origem do óleo. Na ocasião as comunidades pesqueiras, ONGs e voluntários formaram uma frente importante na limpeza das praias. (CARTA ABERTA SOBRE A OCORRÊNCIA DE ÓLEO NO NORDESTE BRASILEIRO, 2019; ACCIOLY, 2019). “Até o momento, as manchas de óleo bruto colocam em risco a saúde de 144 mil pescadores artesanais do Nordeste do país.” (PENA, et al., 2020, *apud* IBAMA, 2019).

No dia 13 de maio de 2020, no Seminário Inter-Redes, o Prof. Dr. Miguel Accioly da Universidade Federal da Bahia pontuou que ainda existe óleo chegando às praias da Bahia. Conforme o professor, os danos a curto, médio e longo prazos são: sociais, de saúde humana, econômicas, ambientais, territoriais. Na ocasião ele fez um paralelo com relação ao comportamento moroso do governo no tocante às medidas e ações para conter o óleo e a pandemia da Covid-19, onde se privilegia um discurso ideológico em situações que requerem ações efetivas. O professor destacou a importância do conhecimento ancestral dos(as) pescadores(as) para a realização de ações de contenção.

(Informação Verbal, 2019)⁴. A demanda naquele momento era a luta **urgente** pela sobrevivência e vencer como Marizelha Lopes disse em sua fala chorosa durante uma Audiência Pública: “Esse Estado que se comporta como se a gente não fosse gente, como se a gente não fosse nada, esse racismo ele pesa, ele dói, se tem uma coisa que a gente fica indignado, dá uma revolta, se tem uma coisa que pesa na gente é o racismo.” (Informação Verbal, 2019)⁵. Assim, já era dezembro e a discussão central era o crime socioambiental do

petróleo no mar e os problemas sociais, ambientais e econômicos ocasionados por ele nas comunidades. Mas consegui, respeitando o tempo da luta pelo território, realizar as demandas da pesquisa. Entreguei o meu tempo ao tempo dos sujeitos das águas, o cronograma não mais importava, e as entrevistas aconteceram quase sempre após eu ouvir essa resposta: Pode ser agora?

Foi necessário por conta do segundo marco deixar algumas ações para 2020, mas o campo me surpreendeu todos os dias e foi nesse tempo que aprendi na prática, ou observando a, que a luta pelo território pesqueiro é um dos conhecimentos e práticas imprescindíveis em qualquer movimento ou proposta educacional que se busque realizar.

Chegamos ao **terceiro marco**: a Pandemia da Covid-19. Acredito que na data de finalização do mestrado ainda estarei sob o efeito do terceiro marco. Finalizo a minha pesquisa em meio ao isolamento social. Voltaria à comunidade para passar mais um período, mas tristemente não foi possível, afinal é a vida em sua iminência de morte e precisamos cuidar uns dos outros. Até o dia 06 de maio de 2020, conforme o boletim epidemiológico, em quilombos do Brasil, já havia 18 óbitos por Covid-19, inclusive na Bahia (CONAQ, 2019). As comunidades pesqueiras mal haviam se recuperado dos problemas ocasionados pelo óleo e agora se veem diante de problemáticas muito semelhantes oriundas da falta de comercialização dos seus pescados e de acesso à saúde.

Vivemos tempos sombrios, nunca as mazelas do mundo estiveram tão reveladas, nunca vi as vulnerabilidades do povo tão escancaradas e potencializadas. Boaventura (2020) diz que a pandemia revelou o conceito de “gente” e de “subgente”, de “humano” e “subhumano”, quando retrata a linha abissal entre os que têm que ser salvos. Quem são as pessoas que podem morrer? (SANTOS, 2019). Há quem é dado o direito de respirar? Perguntou Elionice Sacramento (2019) citando o professor, filósofo e historiador Achille Mbembe (2019) em uma

⁴ Audiência pública realizada em 19 de novembro de 2019 na Câmara Municipal de Salvador. Intitulada: Crime socioambiental do petróleo no mar: impactos para os pescadores e pescadoras artesanais. ⁵*Id.*

das tantas *lives* com as quais estamos tentando nos adaptar. O autor citado pela marisqueira de Salinas das Margaridas e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UnB nos convida a refletir sobre a Covid-19 como “a expressão espetacular do impasse planetário em que se encontra a humanidade” (MBEMBE, 2020), e nos mostra a urgência de forjarmos “novas terras” (MBEMBE, 2020) onde efetivamente haja relação entre a humanidade e a biosfera. É

uma tarefa difícil quando a necropolítica (MBEMBE, 2016) nunca esteve tão estampada enquanto estamos paralisados. Para Boaventura (2020, p. 23) “As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga”.

Ouvimos constantemente: “Mas o grupo de risco são os idosos e as pessoas com doenças crônicas!”. “Mas” parece ser usado como uma forma de dizer: “tudo bem, eles já viveram muito”, ou “eles já estavam doentes mesmo”. O darwinismo social, como expressa Boaventura (2020). Nas comunidades tradicionais, a “condição de perder os mais velhos e as mais velhas, que são os guardiões e as guardiãs da sabedoria ancestral” (MARIZELHA LOPES, Informação Verbal, 2019) não é cogitada. A maneira como enxergamos os idosos é uma das coisas que precisamos aprender com os povos e comunidade tradicionais nessa caminhada rumo à decolonialidade. E aí me deparo com a pergunta: Qual o caminho frente à Pandemia? Não sei a resposta para essa pergunta, mas sei que temos muito que aprender com as mulheres e homens das águas, do mangue, das florestas e do campo na sua relação com a Terra.

Boaventura de Sousa Santos, após participar em 2019 do *toxic tour*, ele escreve sobre a Ilha de Maré e traz a ideia da Ilha como sujeito de direito. Tal status jurídico entende que a Ilha de Maré e o seu povo representam uma unidade. A natureza vista como um “antepassado e membro da família” (SANTOS, 2019, p. 01) é uma dimensão do pensamento real, mas que também se apresenta como distante. Para o autor português: “As mulheres e os homens da Ilha de Maré podem estar na linha da frente de uma nova concepção da natureza e dos direitos humanos que está a emergir em diferentes partes do mundo” (SANTOS, 2019, p. 01). O nosso modelo de desenvolvimento completamente desvinculado da ideia integrada ser humano - natureza tem muito a ver com a Pandemia.

No seu livro *A cruel pedagogia do vírus*, lançado em abril de 2020, em poucas páginas, o autor nos faz refletir sobre “Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?”. Conforme o autor, “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (SANTOS, 2020, p. 06). A Pandemia questiona e expõe o modo de vida hipercapitalista (SANTOS, 2020) numa sociedade regida

pela astúcia e interdependência dos “três todos poderosos”: capitalismo, colonialismo e patriarcado. Durante o livro, o autor traz vários questionamentos, muitos deles óbvios e muitos deles invisíveis, pois abrangem as pessoas que estão “a sul da quarentena” (SANTOS, 2020, p. 15) nos apontando que “tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se

apodera dos que não estão habituados a ele” (SANTOS, 2020, p. 21).

Em meio à frustração de não retornar ao campo, de redefinir processos na pesquisa e na escrita, surgiram as primeiras campanhas de arrecadação para ajudar a comunidade pesqueira de Ilha de Maré. A carta aberta divulgada pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) em 02 de abril de 2020 nos acena as urgências das comunidades pesqueiras: “Ainda não superamos os impactos do derramamento do petróleo, o racismo sistemático, e agora temos que enfrentar também a pandemia de COVID-19”. (MPP, 2019, p. 01). Nesse momento, volto meu olhar para as mulheres da Ilha. Conforme Boaventura (2020), as mulheres são um dos grupos mais vulnerabilizados “a sul da quarentena” (SANTOS, 2020, p.06). Em Ilha de Maré, elas representam a luta pelo território pesqueiro, se encaixando perfeitamente na atribuição do autor como “consideradas << as cuidadoras do mundo>>” (SANTOS, 2020, p.15).

A Carta Aberta ao Covid-19 expressa que o “contrato” dos povos das águas é “com a lama e com o mangue”. Qual seria o contrato dos não-pescadores? Talvez a pandemia nos faça olhar para esse contrato. Nesse sentido, retomo Boaventura (2020) quando ele nos acena a estreita ligação entre o modo de vida organizado na sociedade capitalista e a pandemia, esta que por sua vez se manifesta como uma punição à exploração contínua da casa Terra, uma “auto-defesa” (SANTOS, 2020, p.23) como define o autor.

Não há como voltar a escrever da mesma forma, bem como não houve possibilidade de realizar o cronograma quando o petróleo chegou, mas, diante da angústia de não saber como ajudar, ainda assim foi preciso voltar a escrever. O nosso tempo é regido por Cronos. A normalidade parece um conceito distante, impreciso. Voltaremos à normalidade? Queremos voltar à normalidade? Chegamos onde estamos por conta da normalidade? Concordo com Santos (2020), não será fácil na mesma proporção para todos.

A colonialidade nos atravessa de muitas formas. Acredito que seja voltando o nosso olhar para as relações de comuna, que ainda estão entranhadas nas comunidades tradicionais, que aprenderemos as relações de pertencimento vital e solidária de convívio com a terra. Reitero que esse retorno não é lugar ilusório do purismo, mas o desaprender o aprendido na colonialidade (WALSH, 2013) para aprender com outras epistemologias antes silenciadas.

“Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e

respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos” (SANTOS, 2020. p.32).

A educação é o meu lugar de fala e de amor. Tem me causado espanto o processo de mercantilização dela durante a pandemia. As intenções meramente conteudistas foram desmascaradas, não há mais quem não saiba sobre a função meramente instrutiva que dominou os fazeres educacionais. O discurso da educação a distância para todos é uma falácia e só aumenta e aumentou ainda mais o hiato que há entre educação e educação de qualidade. A Pandemia escancarou a tudo e a todos. O mito do acesso à tecnologia e à informação de forma democrática foi desmistificado. Quantos Brasis cabiam na fila do auxílio emergencial? Como dizia Maria Carolina de Jesus (2007, p. 45) “Eu, antes de comer, via os céus, as árvores, as aves, tudo amarelo; depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos”.

Minha luta ainda caminha com timidez pelas águas, afinal foram anos distante do debate. O meu lugar no caminho das águas é um lugar em construção, mas de quem acredita que a educação pode estabelecer diálogos mais profundos de trocas horizontalizadas e de aprendizagens decoloniais onde, a partir de um movimento educador que fomente o giro epistêmico, a cultura da pesca artesanal e da mariscagem, possa ser conservada e a luta pela vida no território possa cada vez mais ser fortalecida. A minha luta é a educação, esse é o meu chão. Nesse sentido, a minha luta educacional é a dos povos das águas. Se a luta é por uma escola digna e contextualizada, essa é minha luta também. Se pescadores, pescadoras e marisqueiras estão lutando contra a falta de políticas públicas e pensando em implementar projetos pedagógicos que pensem na juventude pesqueira e no projeto de destruição da juventude negra que se esconde atrás do discurso do progresso, essa também é a minha luta, pois de nada adiantaria lutar por algo que as comunidades não querem ou não precisam. São centenas de quilômetros que me separam de Ilha de Maré, mas compartilho da ideia de Brandão (2019, p. 31):

[...] a tarefa do educador não será apenas aprimorar pessoas através do conhecimento e da sensibilidade [...] cabe a ele participar de ações que transformam pessoas, em e entre as suas consciências, os seus afetos e as suas ações, através da inter-troca e da mútua construção de novos saberes, sentidos, significados e vocações de sociabilidade.

Confesso que me senti muitas vezes sozinha dentro do PPGEduc com a temática das mulheres e homens das águas. Já haviam sido realizadas no referido programa pesquisas na

Ilha de Maré, mas eu sentia que a maioria não era sobre a Ilha, eram realizadas na Ilha. Mas,

com a qualificação em agosto, ganhei mais fôlego para iniciar o trabalho de campo, pois tudo para mim que é direcionado à educação é feito na partilha, é costurado no diálogo e na presença. Sou uma educanda que precisa de pessoas encarnadas ao meu lado.

Espero que esta dissertação possa trazer reflexões aos professores, professoras, gestores e gestoras da Ilha de Maré e que, conseqüentemente, essas reflexões se transformem em ações educacionais alinhadas com as perspectivas e propósitos da comunidade. Que os exemplos, os ditos e os dados trazidos sejam como as *grietas* na parede da modernidade (WALSH, 2018).

21

1 INTRODUÇÃO

*Essa ciranda não é minha só
É de todos nós
A melodia principal quem tira
É a primeira voz
Pra se dançar ciranda
Juntamos mão com mão
Fazendo uma roda
Cantando essa canção*

(CAPIBA – Minha Ciranda)

Esta dissertação buscou estudar e discutir conhecimentos e práticas incorporados ao currículo escolar. Nosso questionamento ia na direção de entender em que medida tais conhecimentos dialogavam com a comunidade pesqueira e colaboravam para a preservação dos saberes plurais e dinâmicos ligados à organização tradicional da pesca. O olhar então voltou-se para os saberes e práticas considerados pelas comunidades pesqueiras de Porto dos Cavalos e Bananeiras, ambas localizadas na Ilha de Maré, Salvador, Bahia, como fundantes para os processos de reterritorialização e ressignificação da sua memória plural, valorização das alteridades e conservação do território pesqueiro, diante do colonialismo expresso pela modernidade.

A princípio os sujeitos da pesquisa seriam pescadores, pescadoras e marisqueiras matriculados (as) na Escola Municipal de Ilha de Maré, na turma de Educação de Jovens e Adultos II (EJA - II) – Tempo de Aprendizagem V (TAP V), todos moradores das comunidades de Porto dos Cavalos e Bananeiras, essas comunidades se encontram mais ao norte da ilha e que, devido a sua localização geográfica, estão situadas nas zonas de manguezal, logo estão mais diretamente ligadas à pesca e à mariscagem. Mas devido à

proximidade entre as comunidades de Porto dos Cavalos e Martelo e de Bananeiras e Maracanã, acrescido ao fato de, nas duas comunidades de Martelo e Maracanã, não existirem escolas, e, durante a educação infantil e os anos iniciais, os educandos do Martelo estudarem na Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, em Porto dos Cavalos, e os estudantes de Maracanã irem todos os dias de barco para a Escola Municipal de Bananeiras, os jovens e adultos das duas comunidades também poderiam fazer parte da pesquisa. No total, foram entrevistados (as) cinco jovens matriculados (as) em 2019: quatro da comunidade de Bananeiras e uma da comunidade do Martelo.

22

Vale destacar que todos (as) os (as) jovens que haviam se matriculado da comunidade de Porto dos Cavalos desistiram da escola no decorrer do ano, sendo depois descoberto, com a ajuda de uma moradora da comunidade, que algumas das meninas acabaram engravidando e tendo que deixar a escola e os rapazes porque precisavam trabalhar. Na ocasião, não havia matrículas de jovens e adultos da comunidade de Maracanã na Escola na turma de EJA II – TAP V. Ressalto que a turma de EJA, em 2019, funcionava no período matutino, horário costumeiramente direcionado para as atividades pesqueiras na ilha.

Além dos educandos e educandas pescadores e marisqueiras, foram entrevistadas a diretora e a professora do quarto e quinto ano – sala multisseriada – da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, apenas a diretora da Escola Municipal de Bananeiras, pois, na ocasião, a professora do quarto e quinto ano – sala multisseriada – não demonstrou interesse em participar da pesquisa. Foram escolhidas essas séries para iniciar a pesquisa, devido ao quinto ano ser o último ofertado nas escolas das comunidades citadas. A partir do sexto ano, os educandos necessitam atravessar para a comunidade de Praia Grande de barco todos os dias, ou então, caso desejem, deslocarem-se para escolas no continente ou em Candeias.

Foram entrevistados ainda a coordenadora pedagógica e um professor da Escola Municipal de Ilha de Maré que atuam na turma de EJA II – TAP IV e V. O contato com a coordenadora foi realizado em dois momentos onde o primeiro foi no campo e o segundo através de aplicativo de celular devido à suspensão das aulas ocasionadas pela pandemia de Covid-19. A escola fica localizada em Praia Grande, onde a maioria dos educandos da ilha vai estudar após concluírem o quinto ano, pois é a única escola da Ilha que oferta o Fundamental II e a EJA II. Cabe aqui ressaltar que, na ilha, não são ofertadas turmas alfabetização de jovens e adultos ou EJA I. A princípio seriam entrevistados dois/duas docentes, mas, no dia da entrevista, a professora não pôde participar, pedindo para ocorrer apenas em outro momento.

No início do ano letivo de 2020 o contato com a professora foi reestabelecido, porém, devido às questões pessoais, a professora não conseguiu participar. Em seguida, com a pandemia do Covid-19 que ocasionou a suspensão das aulas, não foi possível realizar a entrevista, assim seguiu o trabalho apenas com um professor, o de Geografia. Como em Ilha de Maré a única escola que possui uma coordenadora pedagógica é a Escola Municipal de Ilha de Maré e as demais são acompanhadas por uma coordenadora regional da Gerência Regional de Educação (GRE) – Subúrbio II e Ilhas, que também foi entrevistada.

23

Para além dos sujeitos que compõem as escolas das comunidades de Porto dos Cavalos, Bananeiras e Praia Grande, também foram entrevistadas duas lideranças moradoras da comunidade de Porto dos Cavalos.

Visando trazer exemplos de práticas educacionais decoloniais no território pesqueiro, foram realizadas entrevistas com a coordenadora do Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras e com a professora responsável pela turma de adolescentes que frequenta o local. A coordenadora supracitada também atua como professora.

O Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras fica localizado na comunidade de Bananeiras e funciona como um contraturno escolar, mas não vinculado à escola, e atende as crianças da comunidade. O espaço é comunitário e não possui ajuda nem da prefeitura e nem do Estado, apenas recebem uma ajuda financeira do Projeto Conexão Vida.

Dentro dessa perspectiva, outras duas práticas decoloniais foram apresentadas. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), enquanto entidade que atua junto à comunidade há mais de 20 anos e que teve suas ações educacionais expressas pela sua secretária executiva do regional BA-SE. E o exemplo da Escola das Águas, trazido, nesta pesquisa, através do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e do depoimento de uma professora e de um ex-aluno que atua na Escola das Águas e que é militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) e faz parte da Articulação da Juventude Pesqueira (QUADRO 1).

Quadro 1 – Entrevistas presenciais

Qtd.	Entrevistado (a)	Escola/Instituição	Comunidade	Período das Entrevistas
01	Diretora	Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	Porto dos Cavalos	13 de novembro de 2019

01	Professora da turma multisseriada do 4º e 5º ano	Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima	Porto dos Cavalos	14 de novembro de 2019
01	Elivandro Paraguaçu (Pescador, Quilombola, Pedagogo, Especialista em Estado de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais e Gestor Ambiental).	*	Porto dos Cavalos	14 de novembro de 2019
01	Eliete Paraguassu (Mulher, Quilombola,	*	Porto dos Cavalos	15 de dezembro de 2019

24

	Pescadora e Marisqueira, Líder Comunitária da Ilha de Maré, membro da Articulação Nacional das Pescadoras – ANP e do Movimento de Pescadores e Pescadoras).			
01	Diretora	Escola Municipal de Bananeiras	Bananeiras	19 de novembro de 2019
01	Coordenadora e Professora	Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras	Bananeiras	19 de novembro de 2019
01	Professora dos Estudantes Adolescentes	Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras	Bananeiras	21 de novembro de 2019
05	Estudantes Adolescentes	Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de	Bananeiras	21 de novembro de 2019

		Marisqueiras		
01	Secretária Executiva do Regional BA –SE do CPP	Conselho da Pastoral dos Pescadores	*	11 de dezembro de 2019
01	Coordenadora Pedagógica	Escola Municipal de Ilha de Maré	Praia Grande	10 de dezembro de 2019 09 e 14 de abril de 2020
01	Professor da EJA	Escola Municipal de Ilha de Maré	Praia Grande	16 de dezembro de 2019
05	Estudantes da EJA – TAP V (1 da comunidade do Martelo e 4 da comunidade de Bananeiras)	Escola Municipal de Ilha de Maré	Praia Grande	17 e 18 de dezembro de 2019.
01	Coordenadora Regional GRE –Subúrbio II e Ilhas	Secretaria Municipal de Educação (SMEd)	*	10 de dezembro de 2019
TOTAL DE ENTREVISTAS PRESENCIAIS				21

Fonte: A autora.

Devido à Pandemia do Covid-19 não foram realizadas entrevistas presenciais com os membros da Escola das Águas, tendo sido coletados depoimentos que tiveram como auxílio o uso de um aplicativo de celular, o Whatsapp (QUADRO 2).

25

Quadro 2 – Coleta de dados realizada através de aplicativo de celular

Entrevistado (a)	Entidade/Escola	Localidade	Período da coleta
Professora	Escola das Águas	*	07 de maio de 2020
Ex-aluno e Membro	Escola das Águas	*	02 de maio de 2020

Fonte: A autora.

No total, foram entrevistadas 21 pessoas pessoalmente e, duas pessoas, o contato foi estabelecido via aplicativo de celular, perfazendo 23 interlocutores (ras). Além das entrevistas, foi realizada uma pesquisa etnográfica junto à comunidade onde pude observar a sua dinâmica, enquanto estive hospedada na casa de uma marisqueira, nos dias que estive em Porto dos Cavalos, e na casa alugada, no terreno de uma família de pescadores, pescadoras e marisqueiras, na comunidade de Bananeiras. Caminhando e conversando, fui observando, registrando e anotando a dinâmica das comunidades, onde busquei identificar quais saberes deveriam compor o currículo escolar (QUADRO 3).

Quadro 3 – Divisão da Observação na Ilha de Maré entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020

LOCAL	PERÍODO
Comunidade de Porto dos Cavalos	Setembro a dezembro de 2019
Comunidade de Bananeiras	Novembro a dezembro de 2019
Escola Municipal de Ilha de Maré	Novembro a dezembro de 2019 Fevereiro de 2020

Fonte: A autora.

Na comunidade de Praia Grande, a pesquisa se deu somente na escola, através dos estudantes da EJA – TAP V que moram nas comunidades de Bananeiras e Martelo como também da equipe escolar citada anteriormente. Para chegarem à escola, todos os dias os discentes saem em um barco ofertado pela prefeitura, que dá a volta na Ilha de Maré, buscando e levando todos os estudantes. A Escola Municipal de Ilha de Maré atende à todas as 11 comunidades que compõem a Ilha de Maré, sendo que, pela manhã, ela recebe os discentes de toda a ilha e, no período da tarde, somente atua junto aos discentes de Praia Grande devido ao barco escolar ofertado pela prefeitura só funcionar durante o período da

26

manhã. Na Ilha de Maré não é ofertado o ensino médio ou superior, assim a necessidade de deslocamento pode incorrer como um dos fatores para a desistência ou evasão que gera os baixos níveis de escolaridade expressos nos dados educacionais do último Censo de 2010

(IBGE, 2010).

Junto à comunidade pude participar de manifestação⁶, audiência pública⁷, diálogos sobre o futuro educacional dos jovens moradores da Ilha de Maré⁸ e do Seminário Quilombola⁹ – atividade realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SMEd)/GRE – Subúrbio II, em dezembro de 2019, na Escola Municipal de Ilha de Maré. Vivenciei a travessia das mulheres marisqueiras que vendem seus pescados e mariscos na feira de Paripe, também bairro do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia, que acontece todos os sábados. Foi uma experiência única. Sair de casa às 2h da manhã para as 2h 30min lançar o corpo dentro da maré para chegar até o local onde o barco se encontrava, saindo do Martelo até Paripe, numa travessia que se iniciou ainda à noite e que, pouco a pouco, é iluminada pelo nascer do sol, quando o barco começa a avistar São Tomé de Paripe, e que só quando atracamos, em Paripe, por volta das 5h da manhã, é que o dia já está claro. Após atracarmos, nos dirigimos à feira onde os pescados são comercializados (FIGURA 1).

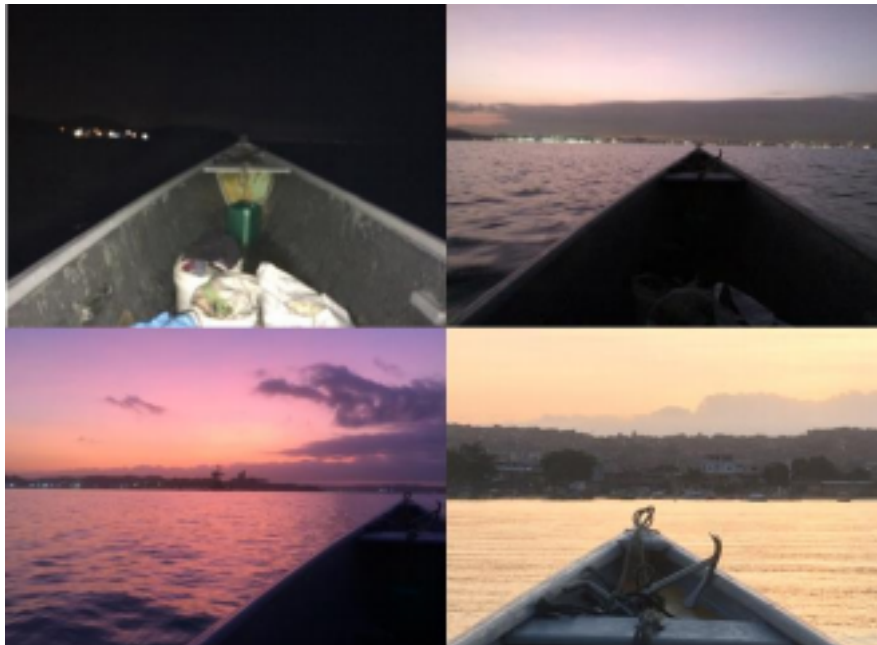
⁶ Grito da Pesca Artesanal, realizado em 22 de novembro de 2019. O ato tinha como chamada: *Em repúdio aos racismos ambientais, institucionais, alimentares e estruturais. O povo negro dos territórios pesqueiros realizam a caminhada da resistência*. A caminhada ocupou o prédio da Superintendência Federal de Agricultura da Bahia e a Sede do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

⁷ Realizada em 19 de novembro de 2019, na Câmara Municipal de Salvador. A audiência pública intitulada: *Crime socioambiental do petróleo no mar: impactos para os pescadores e pescadoras artesanais*.

⁸ Realizada em 13 de dezembro de 2019, com a temática: *Resistência, demanda e iniciativas populares na comunidade quilombola de Ilha de Maré*. O encontro contou com representantes de universidades, movimentos sociais e da comunidade. Tendo como objetivo levantar as demandas educacionais e trazer propostas e iniciativas conjuntas através do Movimento dos Pescadores e Pescadoras e parcerias, bem como organizar uma agenda de ações. Essas ações foram organizadas, porém, por conta da pandemia de Covid-19, acabaram não acontecendo.

⁹ Realizada em 06 de dezembro de 2019 na Escola Municipal de Ilha de Maré.

Figura 1 – Travessia entre a comunidade do Martelo e o bairro de Paripe



Fonte: A autora.

Durante a pesquisa pude acompanhar não só a dinâmica das escolas, mas também a dinâmica da comunidade e o modo como a pesca artesanal atravessa direta e indiretamente o cotidiano dos moradores da Ilha de Maré. Vale salientar que as comunidades de Porto dos Cavalos, Martelo, Bananeiras e Praia Grande são comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. Sendo assim, estas são comunidades quilombolas e pesqueiras.

Durante os dias que estive no campo pude observar a dinâmica da vida na comunidade tradicional pesqueira quilombola. Observei, na sua rotina, como a ideia de comuna é fortalecida e tentada ser passada adiante, a partir do respeito aos mais velhos, e como não existe uma separação entre a atividade da pesca, o ato de pescar e ou mariscar e a vida dessas pessoas: “a pesca não é realizada apenas como alternativa de sobrevivência, [...] é, sobretudo, uma herança cultural secular, que dá sentido à existência individual, cimenta e regula a vida em grupo e provê matéria à imaginação social.” (BANDEIRA E BRITO apud CAROSO, 2011). A pesca artesanal é entendida, nesta pesquisa, como uma atividade ligada à vida das pessoas, imbuída de ancestralidade, oralidade e respeito à natureza.

Assim, a perspectiva de análise é trazer para as discussões acerca do território pesqueiro um diálogo sistêmico entre as práticas educacionais decoloniais no âmbito da EJA e do território enquanto constitutivo da pesca artesanal.

Considero que essa perspectiva de educação deva estar pautada nos pressupostos da

Educação Popular (FÁVERO, 2006; FREIRE, 1983), em uma perspectiva pedagógica decolonial (WALSH, 2013), com práticas educacionais plurais no âmbito da EJA, atuando como instrumento de luta social na reafirmação da tradição para fomento do processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2005), onde para o teórico, a desterritorialização é ocasionada pelos diversos processos de exclusão, assim a reterritorialização seria uma espécie de alternativa a exclusão socioespacial ao qual a maioria da população mundial está condicionada. (HAESBAERT, 2005).

Nessa construção educacional, quem vai apontar o caminho é a própria comunidade, pois a escola está dentro do território e tudo parte dele, logo, a construção do PPP nasce das demandas da pesca artesanal e, no currículo, o território surge como um longo espaço de aprendizagem.

Tomo como base a noção de território enquanto espaço de conhecimento, definida por Santos, Souza e Silveira (1998). Para Santos (2001, p. 93), “o território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.” Assim, o lugar é um espaço onde as solidariedades acontecem; território e lugar definem o que Milton Santos (2001) denominou de “período popular da história” (SANTOS, 2001, p. 119), sendo esse período demarcado pelos processos de resistência à lógica mundial e onde o território é revanche, pois a sua (re)existência é a prova da força dessas comunidades, permanecer no território é lutar contra um modelo econômico que desvaloriza as relações materiais e simbólicas do e no território. Resistir é revanche. Continuar lutando contra o poder capitalista que se engendra nos territórios é revanche, é afronta e é disputa entre a vida e a morte dessas comunidades. “Cabe destacar que é a partir da apropriação desses espaços (conhecidos, nomeados, defendidos e respeitados) que se dá a construção do território pesqueiro local.” (RIOS, 2017, p. 317).

Na pesquisa, a valorização da cultura e a reafirmação da tradição são vistas não como um resgate pautado em ideias totalizantes, mas em ressignificações que dialoguem com a história, com a originalidade, pois todo diálogo é uma forma de negociação, não podendo basear-se numa compreensão mútua completa ou num consenso total que atravesse qualquer espécie de fronteira de diferenciação (ARDITI, 2000). No diálogo, ainda existe outro desafio ou risco associado: “o da relação do diálogo com as diferenças internas existentes em cada uma das partes intervenientes.” (APPADURAI, 2009, p. 25). Nesta pesquisa, a categoria tradição é a guarda comunitária de algo que é preciso fazer memória, pois a humanidade será

amputada caso as tradições culturais se percam. Rêgo (2018), em sua pesquisa na Ilha de Maré, realiza um Mapeamento Biorregional (MB) na comunidade de Bananeiras, entende que esses grupos dão ao território o “caráter de abrigo” (RÊGO, 2018, p. 19), diferente das empresas e da especulação imobiliária que “utilizam-no com caráter de recurso” (RÊGO, 2018, p. 19). Trazendo duas perspectivas de quilombo, o histórico, que tem sua origem no aquilombamento dos negros (as) escravizados (as) fugidos (as), e o contemporâneo, onde a visão de quilombo é a exposta no Decreto nº4.887/2003, que está ligado à demarcação de terras a partir da identificação e reconhecimento do território enquanto remanescente de comunidades quilombolas.

A discussão sobre a pesca artesanal parte do conceito de *modernagem*, expresso por Castellucci (2013), quando o termo é utilizado pela comunidade de pescadores de Tairú para expressar as mudanças que começam a acontecer com a construção de vias que facilitaram o acesso à Ilha de Itaparica, Bahia. Essa situação expressa como a modernidade capitalista busca desenraizar (GIDDENS, 1991) as comunidades tradicionais, pois nelas o tempo e o ritmo de vida são regidos muito mais por Káiros, deus da riqueza do tempo, do que por Cronos, deus do tempo cronológico. Nas comunidades, o sentido do tempo é outro, ele está ligado aos saberes que emanam do território, enquanto na cidade a natureza quantitativa do tempo é regida por Cronos. O conceito de comunidade é entendido como a de um povo que pertence a uma memória comum e compartilha valores, demandas sociais e a corporificação do território. Assim, tradição e modernidade, território, desterritorialização- reterritorialização são os campos de tensões situados na pesca artesanal e que vão direcionar o trabalho de educação popular decolonial. Nesse contexto “[...] a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização”. (CHELOTTI, 2010, p.167).

Buscou-se analisar, a partir de uma perspectiva da pedagogia decolonial (WALSH, 2013), os saberes que emergem do território pesqueiro e dos seus conflitos.

A investigação aconteceu por meio da observação participante no território/*maritório*¹⁰ – “El concepto de maritorio, como imagen del ‘territorio’ pero desde y en el mar, se

¹⁰ A primeira referência ao conceito surge em 1973, nas oficinas da Escola de Arquitetura PUCV5. Como parte das análises do desenvolvimento no sul do Chile, a Escola de Arquitetura e a Universidade Católica de Valparaíso se referem aos tipos de embarcação que existem nesse momento e como eram utilizadas pelos habitantes locais para gerir novos assentamentos costeiros (tradução nossa).

contextualiza en la denominada nisología o estudio de las islas.”¹¹ (ÁLVAREZ et al., 2019, p.1). “El Maritorio es un concepto de área geográfica que conjuga: la comunicabilidad, la riqueza, la adversidad y las energías.”¹² (IVELIC apud ÁLVAREZ et al., 2019, p.117).

O neologismo *maritório* tem sido utilizado pelos pescadores e pelas pescadoras artesanais e marisqueiras para expressar que o mar constitui um território pesqueiro, o termo foi observado por mim, pela primeira vez, durante o II Congresso Latino-Americano de Ecologia Política (CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ECOLOGIA POLÍTICA, 2018), no discurso de diversos pescadores, pescadoras e marisqueiras de diferentes estados e regiões do Brasil. Em 2015 o termo foi utilizado na V Marcha das Margaridas na Pauta de Reivindicações para o Governo Federal pela intitulada *Vozes das Margaridas das Águas* (QUINTA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015) formada pelas mulheres “do campo, das florestas e das águas”. (QUINTA MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p.3) No documento o termo é escrito de duas formas: *maritório* e *maritório*, mas em ambos os casos tem a mesma representação.

Por ello, hoy en día se abre un escenario pertinente para colaborar desde la experiencia austral, e incluir el concepto de maritorio en una discusión internacional que, con fuerza, subraya en la necesidad de mirar los tiempos modernos sin poner en riesgo las tradiciones y condiciones particulares de territorios específicos. (ÁLVAREZ et al., 2019, p. 120)¹³.

O conceito de território ou *maritório* é entendido como a própria vida da e na comunidade, assim o “La avanzada progresiva de una racionalidad urbana, continental y terrestre sobre estos archipiélagos invita a repensar, a través del concepto de maritorio, las actuales políticas públicas y proyecto de desarrollo.” (ÁLVAREZ et al., 2019, p.121)¹⁴. Nesse

¹¹ O conceito de *maritório*, como uma imagem do *território*, mas de e para o mar, é contextualizado na chamada nisologia ou estudo das ilhas (tradução nossa).

¹² O *maritório* é um conceito de área geográfica que combina: comunicabilidade, riqueza, adversidade e energia (tradução nossa).

¹³ Portanto, hoje em dia se abre um cenário pertinente para colaborar desde a experiência do sul, e incluir o conceito de *maritório* em uma discussão internacional que, com força, salienta a necessidade de olhar os tempos modernos sem por em risco as tradições e condições particulares dos territórios específicos (tradução nossa).

¹⁴ O avanço progressivo de uma racionalidade urbana, continental e terrestre nesses arquipélagos nos convida a repensar, por meio do conceito de *maritório*, as atuais políticas públicas e projeto de desenvolvimento (tradução nossa).

contexto, a pesca artesanal e a mariscagem representam atividades laborais ligadas a essa vida no território.

Portanto, torna-se necessário, nessas comunidades, que a ideia de território pesqueiro constitua o cerne da construção do conhecimento, pois a ideia de território pesqueiro transpõe o terreno e o mar, e perpassa o próprio corpo enquanto território de luta, de processos de existência e resistência dessas populações litorâneas e ribeirinhas.

Por ello, el maritorio – como argumento para promover la discusión entre múltiples actores – se presenta como un desafío para avanzar en la comprensión de los procesos territoriales donde se agotan las categorías taxonómicas tradicionales con las que han operado la Ciencia y administración pública. La separación radical de mar y tierra es un reflejo más de una construcción occidental del mundo, que es extraordinariamente funcional para los fines de una explotación extractivista gobernada centralizadamente. También encarna la artificiosa separación entre

naturaleza y cultura y entre lo material e inmaterial. Por el contrario, el maritorio representa la fluidez, hibridez y yuxtaposición con que se dan los procesos socioambientales y socioculturales, donde se entiende a los seres humanos en su mutua dependencia con las demás especies. El maritorio es también una provocación frente a una concepción convenientemente instrumental del medio que busca – como aquí se sugere – imponer un modo de vida que no hace sino servir los intereses económicos del mercado y que, como contraparte, acarrea consigo el desarraigo de las poblaciones locales y la destrucción de sus medios de vida. (ÁLVAREZ et al., 2019, p. 122)¹⁵.

Apesar da emergência do discurso sobre a valorização das comunidades e povos tradicionais, essas comunidades e povos tradicionais têm sofrido constantes ataques aos espaços de trabalho, manifestação e vida. Muito se tem falado para toda a sociedade, sobre a importância da cultura dos povos que mantêm estreita relação com a terra, mas será que realmente se sabe da importância da memória dos povos das águas para os não-pescadores ou existe um confronto epistemológico entre *eles/elas*, pescadores e marisqueiras, e a *cidade*? Muitas vozes ecoam no sentido de responder tais questionamentos, algumas imbuídas da

¹⁵ Por esse motivo, o maritório - como argumento para promover a discussão entre múltiplos atores - é apresentado como um desafio para avançar na compreensão dos processos territoriais onde se esgotam as categorias taxonômicas tradicionais com as quais Ciência e administração pública operaram. A separação radical da terra e do mar é mais um reflexo de uma construção ocidental do mundo, que é extraordinariamente funcional para os propósitos de uma exploração extrativista governada centralmente. Também incorpora a artificial separação entre natureza e cultura e entre o material e o imaterial. Pelo contrário, o maritório representa a fluidez, o hibridismo e a justaposição com os quais ocorrem os processos socioambientais e socioculturais, onde os seres humanos são entendidos em sua dependência mútua com as demais espécies. O maritório também é uma provocação contra uma concepção instrumental conveniente do meio que busca - como sugerido aqui - impor um

diversidade presente na luta no e pelo território e outras que defendem a ideia do humano universal preconizado pelas escolas, que nada mais é do que uma abstração pautada em visões etnocêntricas.

Assim, compreendo, como elemento constitutivo da educação no território pesqueiro, que a práxis seja baseada no significado da identidade da pesca artesanal e na importância do território enquanto uma extensão do próprio corpo da comunidade. Cabe à educação dialogar com as questões pertinentes ao território pesqueiro, mostrando o potencial de vida que o território possui, para que as comunidades possam cada vez mais acessar direitos e fortalecer a luta pelo território, a qual nada mais é do que a luta pela existência.

Vivemos uma condição na contemporaneidade – marcada pelo capitalismo – de apropriação dos saberes das comunidades, devolvendo para a sociedade o culto ao consumo: em que a modernidade se vale do que é tradicional para mercantilizar alteridades. O capitalismo vem se apropriando das tradições, e onde a preocupação deveria ser de desenvolver as potencialidades pessoais e coletivas, o desenvolvimento do consumo termina sendo um fim em si mesmo. A modernidade fortalece a desconstrução midiática da tradição local, por isso, cabe à escola assumir seu compromisso com a defesa dos grupos marginalizados, instaurando uma política da diferença.

Como pesquisadora ou como cidadã sensível aos conflitos territoriais e às demandas das pessoas que compõem o território ou *maritório* percebo, assim como Dussel (2016), que o capital não é a vida, e, sim, a sua negação. E assim como Mézaros (2005), acredito que pensar a sociedade, tendo como parâmetro o ser humano, exige a superação da lógica desumanizadora do capital que tem, no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Enquanto pedagoga, aproximo-me da ideia de escola defendida por Paulo Freire (1983), na qual a educação deve gerar a inquietude frente à vida, instigando o ser humano a intervir no mundo, modificando-o na proporção em que se modifica.

Destarte, a educação é um caminho de possibilidades de reinvenção de seres, através de uma resposta responsável e comprometida com a justiça cognitiva/social e com a vida em suas diversidades e imanência. Nessas comunidades, a importância de práticas pedagógicas plurais pautadas em pedagogias decoloniais onde o cuidado é o elemento constitutivo da vida na comunidade, e as políticas de identidade são pensadas dentro de uma política de vida e

ecologia de saberes (SANTOS, 2009) presente na diversidade epistemológica, que não servem apenas como exemplo, mas são o próprio conteúdo. Desvela-se uma educação para os valores da solidariedade e alteridade, que venha dos próprios sujeitos e das perspectivas das

33

comunidades e seus territórios, pautada em valores libertários e democráticos: esse é o grande desafio deste trabalho.

Acredito que a pessoa passa, através da educação, a romper com a invisibilidade simbólica e que esse rompimento deva ser uma das premissas de um trabalho fecundo de educação no território pesqueiro.

Falar desta pesquisa é também rememorar de onde surgiram as inquietações que despertaram o meu olhar para as demandas do território pesqueiro. A pesca artesanal surge enquanto elemento investigativo ainda na graduação. Mas, antes de falar da pesca artesanal, preciso traçar os caminhos que me levaram até ela. Filha do território de Identidade de Itaparica, no sertão do semiárido nordestino e moradora da Ilha de Paulo Afonso, Bahia, a natureza sempre esteve presente, assim como a convivência direta ou indireta com a pesca; ambas sempre passaram pela minha vida nas andanças pelo Velho Chico. Assim, cresci e constituí-me enquanto ser que vive rodeado das águas, dos seus encantos, das suas lendas, dos seus mitos, da sua cultura e da sua riqueza ictiofaunística.

Na graduação, sempre estive ligada às questões educacionais referentes às comunidades tradicionais e à educação e gestão socioambiental, relação estreitada pela monitoria de ensino na disciplina de Pedagogia da Terra. Meu primeiro contato acadêmico com a pesca artesanal deu-se em 2010, na comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica, Bahia. A comunidade surgiu como espaço investigativo quando através de um trabalho pude observar, em 2010, que a comunidade vinha passando por processos profundos de modificação no seu modo de realizar o manejo da pesca, ocasionando problemas não só de ordem ambiental, mas também social, econômica e identitária, pois o problema da pesca predatória ultrapassa os limites das *tradicionais* questões ambientais, consolidando-se em um cenário de degradação da condição humana. Na região, a pesca com bomba vinha sendo um dos agravantes, quando tratamos das condições socioeconômicas, culturais e ambientais daquela comunidade pesqueira. Sendo também uma das problemáticas identificadas na comunidade pesqueira de Ilha de Maré, Salvador, Bahia.

No ano de 2010 também ingressei como monitora, no Programa Todos pela

Alfabetização (TOPA), do Ministério da Educação e durante esta experiência eu pude vivenciar os dilemas, as necessidades e as especificidades dessa modalidade educacional.

Dessa forma, unindo as questões do território pesqueiro à demanda por alfabetização, o interesse pela temática e seus meandros se consolidaram. Os pescadores foram os sujeitos da

34

minha pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia, realizada na cidade de Porto Real do Colégio, Alagoas, mais precisamente no Perímetro Irrigado de Itiúba, local afetado pelas inundações oriundas da construção da barragem de Xingozinho – Al¹⁶. Nessa pesquisa, analisei a práxis pedagógica que perpassava os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) a essa comunidade de pescadores artesanais e aquicultores familiares. Na ocasião, o curso observado era de beneficiamento de pescado. Do rio para o mar o interesse nada mudou, os sujeitos e as lutas são muito semelhantes, só migrei o meu olhar para o litoral, mas sem nunca me esquecer do chamado urgente que São Francisco de Assis, na sua parceria com São Pedro (o pescador), sempre evocou na minha vida e na força de Lógun Edé, o orixá pescador, filho de Oxum e de Oxóssi, que guiou o meu olhar para os seres encantados – ou não – que habitam os territórios pesqueiros.

Assim, na perspectiva de continuar o caminho das águas ingresso no mestrado, mas a maré mudou e, dessa vez, levou-me através do CPP, na pessoa de Maria José Pacheco, para a Ilha de Maré, Salvador, Bahia. Mais precisamente para as comunidades de Porto dos Cavalos e Bananeiras.

A Ilha de Maré, conforme o último Censo de 2010 (IBGE, 2010), é considerado o bairro mais negro de Salvador perfazendo 3 939 pessoas, destes 63,15% dos habitantes se autointitularam como pardo e 29,84% como preto. A população da Ilha de Maré é de 4 236 habitantes. É importante destacar que existem diversos trabalhos atualmente que trazem enquanto dado populacional o quantitativo de 6 434 habitantes, a discrepância dos dados ocorrem devido as Unidades Censitárias intituladas de “Maré” abrangerem além da população da Ilha de Maré, as de Ilha dos Frades e de Ilha de Bom Jesus dos Passos. (IBGE, 2010; RÊGO, 2018).

Do total de 4 236 moradores, 16,34% são analfabetos, sendo o segundo bairro com maior taxa de analfabetismo de Salvador em seguida somente de Ilha dos Frades que possui 17,98% da população não alfabetizada (IBGE, 2010). O alto índice de analfabetismo presente na comunidade dificulta o acesso ao direito e a ocupação dos espaços de poder por essa

comunidade, que não diferente de outras tantas comunidades negras, quilombolas ou não, ainda sofrem os reflexos da escravidão. A educação popular decolonial nessas comunidades

16 PROCÓPIO, Daniele Freire. **Análise pedagógica da práxis dos cursos de qualificação oferecidos pelo SEBRAE**. Departamento de Educação – Campus VIII. Universidade do Estado da Bahia, UNEB, 2011.

35

apresenta-se como um instrumento de luta diante da perversidade do racismo ambiental que esmaga e subjuga o pescador artesanal e destrói os seus territórios, tornando-o, cada vez mais, suscetível à adesão a um modo de vida distante do seu, e que é introjetado de forma compulsória nessas comunidades.

O analfabetismo exclui o pescador artesanal da luta pela organicidade da pesca e da sobrevivência dessa atividade no seu diálogo não tão dialógico com as intervenções da modernidade, pois a educação é elemento primordial para a tomada de consciência da condição de opressão pela qual as comunidades tradicionais passam atualmente. É através da educação que a comunidade vai conseguir formar seus entes para que esses possam retornar a comunidade e ajudá-la na luta contra o racismo ambiental, a desterritorialização, as doenças, a precariedade dos serviços públicos ofertados e o abandono do poder público.

No contexto da alfabetização, a região Nordeste é a que possui o maior número de pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, perfazendo 414 756; destes, aproximadamente 142 262 são analfabetos (ARAÚJO, 2011). Os altos índices de analfabetismo e a falta de qualificação assolam a realidade dos pescadores tradicionais, aquicultores familiares e comunidades costeiras e continentais (BRASIL, 2005). Ao analisarmos historicamente a educação ofertada para as comunidades tradicionais ou para os povos do campo, percebemos que o direito constitucional à educação é costumeiramente violado. Essas comunidades, muitas vezes, precisam lutar por um direito já adquirido, que é o acesso a educação, e, quando passam a usufruir do direito a escola, precisam lutar para que a educação dialogue com as questões do território, por uma escola com uma boa infraestrutura, pelo transporte etc.

No contato com a pesca artesanal, algumas dificuldades que estão presentes em todos os campos de organização da atividade pesqueira para a gestão do território e a gestão dos recursos pesqueiros foram identificadas, podendo-se citar o desmatamento e o assoreamento e poluição das águas, a diminuição dos estoques pesqueiros e a redução da população local. Questões como transporte, armazenamento e comercialização do pescado e a falta de organicidade profissional também são fatores que prejudicam o alavancar das atividades. Os

pescadores, muitas vezes, ainda são vítimas da colonialidade e do extrativismo.

Pesquisar as comunidades litorâneas e ribeirinhas e a ressignificação que essas comunidades vêm dando aos seus territórios de identidade não é falar de uma universalização que anula a diversidade nem tampouco da proliferação das políticas e aumento das práticas que violam e desrespeitam a base de respeito à dignidade; é mostrar o potencial e a pulsão de

36

vida que mantêm a comunidade e como a comunidade resiste no território pesqueiro, frente ao desafio de se agregar entre eles (as) para fazer o enfrentamento.

A vulnerabilidade a que essas comunidades estão expostas é uma questão humana e social criada pelo modo como a sociedade moderna organiza-se, valorizando as próprias relações de poder, as injustiças ambientais expressas pela colonialidade e pela modernidade. A defesa da democracia e da paz deve levar em conta as condições materiais de existência e os conflitos cotidianos decorrentes da intolerância e dessa vulnerabilidade. Nas comunidades, as dimensões dos conflitos são duas: territorial e ambiental.

Nessas comunidades, outro ponto que merece destaque é o avanço das igrejas evangélicas e a adesão de novos membros, o que representa, em muitos casos, o abandono de práticas culturais ligadas ao território, seja no campo da fé, da crença, da cultura ou da participação política.

Nas comunidades de Porto dos Cavalos e Bananeiras não existem terreiros de Candomblé. Mas as comunidades possuem igrejas católicas e (ou) evangélicas, e apenas na comunidade de Praia Grande é que ainda resistem os terreiros, contabilizando cinco terreiros. A primeira igreja católica da Ilha de Maré é a Igreja da Nossa Senhora das Neves, que foi fundada em 1552 na comunidade das Neves¹⁷ (RÊGO, 2018).

Conforme observado, em Porto dos Cavalos não existe igreja evangélica, mas, no Martelo, a igreja evangélica encontra-se em construção. Tive a oportunidade de ir conhecer a construção. Segundo Rêgo (2018), a construção da igreja evangélica em Bananeiras precedeu a da católica. Na comunidade pesqueira de Bananeiras, ainda se ouve histórias de que havia terreiro, mas que, com o passar do tempo e devido ao preconceito, o terreiro deixou de existir. Sobre a existência de terreiros em Bananeiras, Rêgo (2018, p. 124) elucida que: “Segundo um dos moradores mais antigos, há cinquenta anos o candomblé predominava, inclusive com a existência de terreiros”. Sobre a presença na comunidade de Porto dos Cavalos não houve relatos.

De acordo com os moradores locais já existiram diversos terreiros na Ilha (nas comunidades de Santana, Botelho, Praia Grande e Bananeiras), entretanto, atualmente há apenas cinco terreiros, localizados na comunidade de Praia Grande. Nas demais comunidades, há diversas pessoas que não possuem terreiros, porém, realizam as suas obrigações. (RIOS, 2017, p. 294).

¹⁷ Praia das Neves é uma Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).

Rêgo (2018) pôde observar que:

Em algumas entrevistas ficou indicado que o Candomblé foi a primeira religião praticada em Bananeiras e que sempre existiu, no entanto, os idosos que poderiam expressar seus conhecimentos se reservam a falar o assunto que passou a ser um problema, [...] E isso se dá pela força atual das igrejas evangélicas que tem por adeptos a maioria da população. (RÊGO, 2018, p. 124).

Como dito anteriormente, nas comunidades tem havido uma expansão das igrejas evangélicas. É comum os testemunhas de Jeová serem vistos pela comunidade, e, durante uma das entrevistas realizadas, avistei um grupo que usava uma camisa com o símbolo da Igreja Universal. Já em Bananeiras existem três igrejas evangélicas. Foi muito comum, durante a pesquisa, ouvir dizer que a comunidade é cristã, fazendo referência às igrejas evangélicas.

A diretora da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima (2019):

[...] tem muita gente que não dizem assim que tenha um segmento religioso, então fica como se fossem católicas, mas tem pessoas que tem bem essa questão do sincretismo, né. Iemanjá, São Jorge, caruru de “São Jorge”, tem pessoas que você encontra aí com essa pegada, e tem também algumas pessoas evangélicas, que eu acho que eles construíram uma igreja evangélica lá no Martelo, não tenho certeza, se não construíram estão construindo, tanto uma católica que é a de São José.

Nessas comunidades, as igrejas têm, cada vez mais, se tornado presentes, pois a falta de investimento do poder público acaba transformando-as em uma das poucas alternativas de lazer dentro das comunidades. Segundo uma moradora com a qual conversava enquanto esperava o barco para realizar a travessia até o continente, o que resta à população da Ilha de Maré, principalmente aos jovens, é beber nos bares ou participar dessas igrejas. A presença

das igrejas evangélicas corrobora para que elementos da tradição que compunham a comunidade, tais como o samba de roda, a presença das rezadeiras, desapareçam, já que essas práticas, segundo moradores, são proibidas por essas igrejas.

Em uma das audiências sobre os impactos do petróleo que chegou às praias, realizada em dezembro e já citada anteriormente, um pescador, do púlpito, disse que lamentava a câmara de vereadores não estar lotada de irmãos e irmãs pescadores e pescadoras, mas que

38

muitos foram desencorajados pelos seus líderes religiosos, que não validavam a luta como algo do *povo de Deus*.

Na atualidade, as comunidades litorâneas e ribeirinhas vêm passando por um processo de desterritorialização que está condicionado à desvalorização dessas comunidades e ao interesse dos grandes empreendimentos em seus territórios.

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), trouxe a importância de compreender e de refletir sobre a relação entre a preservação da memória dos povos que possuem estreito relacionamento com o território e valorização da cultura local. Partiu da compreensão da educação, numa perspectiva decolonial, como mote no processo de afirmação de uma identidade laboral ligada à vida e ao território.

Deste modo, buscou-se contribuir com discussões acerca de um projeto dialógico de educação numa perspectiva decolonial, no âmbito de um movimento social e ecológico (SOUZA, 2004) de escola. Portanto, nessa perspectiva, o projeto educacional deve levantar o desafio de se viver em um mundo moderno sem se desencaixar (GIDDENS, 1991) e que estejam para além das práticas capitalistas e coloniais de organização. De acordo com Giddens (1991) através dos mecanismos de desencaixe (fichas simbólicas¹⁸ e sistema perito¹⁹) a modernidade capitalista gerou o desencaixe entre tempo e espaço e nos desenraizou da tradição. “Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto”. (GIDDENS, 1991, p.31)

Assim como dito anteriormente, a pergunta de partida que embasou esta investigação é: **que elementos presentes na educação escolar da comunidade pesqueira acenam para a importância e fortalecimento da memória cultural e para a sobrevivência da identidade plural da comunidade, organização local e alteridade de seus membros?**

Para além desta questão de partida, outras inquietações apresentaram-se à referida pesquisa: Qual o perfil dos pescadores e pescadoras e marisqueiras estudantes? Quais são os conceitos de conservação ambiental e cultural e os aspectos socioeconômicos do contexto dos

¹⁸ Por fichas simbólicas quero significar meios de intercâmbio que podem ser "circulados" sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política; devo me concentrar aqui na ficha do dinheiro. (GIDDENS, 1991, 25)

¹⁹ Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. (GIDDENS, 1991, p.30)

39

pescadores e pescadoras e das marisqueiras? O conhecimento tradicional é valorizado para delineamento de programas de gestão de recursos pesqueiros? A educação ofertada na comunidade dialoga com as questões do território pesqueiro? Quais pedagogias perpassam o fazer da escola? Qual a importância da pedagogia numa perspectiva decolonial na elaboração de um currículo que dialogue com as questões do território?

A dissertação propõe-se a **identificar quais são os conhecimentos e práticas incorporados ao currículo escolar que colaboram na preservação dos saberes da comunidade pesqueira de Ilha de Maré, Salvador, Bahia. Os sujeitos da pesquisa são pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras que estão matriculados nas turmas da EJA.**

A pesquisa objetivou mapear, no cotidiano dos pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras estudantes, os conceitos de conservação presentes na comunidade e os aspectos socioeconômicos locais, entendendo qual o papel que a educação assume no reconhecimento da importância ecológica e ecossistêmica dos pescadores artesanais e das marisqueiras para a Baía de Todos os Santos.

Foi pretendido saber se o conhecimento tradicional está sendo valorizado na escola para o delineamento de programas de gestão de recursos pesqueiros da região e fortalecimento do território. Assim, foi possível identificar se a educação ofertada na comunidade pesqueira de Ilha Maré valoriza o aparato cultural do local onde estão inseridas as escolas, como forma de resistência identitária, buscando a gestão do território, numa perspectiva de manejo focada nos saberes e práticas da pesca artesanal, pois as culturas hegemônicas vão sempre tentar desconstruir esse lugar do outro.

A pesquisa é organizada em três momentos. O primeiro é direcionado aos capítulos teóricos onde embaso a discussão que trago nos capítulos IV, V e VI a partir dos dados

coletados por meio de um estudo de caso etnográfico, definida por Ludke e André (1986), como o estudo de “uma unidade dentro de um sistema amplo” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 17), no âmbito de uma pesquisa qualitativa etnográfica na escola e na comunidade pesquisada. Nos referidos capítulos, ainda apresento os dados das entrevistas realizadas. No terceiro momento trago três experiências de práticas educacionais decoloniais identificadas no território.

A pesquisa está organizada em seis capítulos. No capítulo I, Forjados e Forjadas no Território: Os povos das águas, descrevo a pesca artesanal enquanto atividade laboral ligada à

40

vida das pessoas no território, discorrendo sobre as dificuldades enfrentadas na organização da pesca artesanal e aos conflitos territoriais que forjam esses sujeitos enquanto seres da e na resistência. Nesse capítulo, busco, a partir das ideias difundidas por Giddens (1991) sobre modernidade e tradição expressas nos mecanismos de desencaixe, em consonância com o conceito de *modernagem* expresso na obra de Castelluci (2013), traçar uma análise sobre os efeitos da modernidade no território/marítório pesqueiro.

No capítulo II, Maré de Vazante, analiso teoricamente a importância de uma proposta educacional numa perspectiva decolonial, no âmbito de um movimento social e ecológico (SOUZA, 2004) de escola. Esse capítulo toma como base a pedagogia decolonial expressa na obra de Catherine Walsh (2013). Nele, busco evidenciar a importância de práticas pedagógicas plurais, que acenem para a importância da memória cultural e para a sobrevivência da identidade plural e dinâmica da comunidade, a organização local e a alteridade de seus membros.

O capítulo III, Diário de Bordo – Caminhando e conversando: o curso metodológico da pesquisa e os (des)caminhos das águas, é direcionado para as ações metodológicas. Este capítulo retrata os procedimentos utilizados na pesquisa e os dados produzidos durante a visita a campo, a observação participante e as entrevistas.

O capítulo IV, Ilha de Maré, minha senhora!, buscarei apresentar a Ilha de Maré através da história da ilha, seus conflitos, demandas e dados demográficos. Nesse capítulo lanço mão das pesquisas de doutorado de Rios (2017), Rêgo (2018), do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Ilha de Maré (OLIVEIRA, 2019) e dos dados do último Censo realizado em 2010 (IBGE, 2010), bem como das observações realizadas durante a pesquisa nas comunidades.

No capítulo V, A experiência educacional municipal na Ilha de Maré: O projeto de educação quilombola no território pesqueiro, apresento as entrevistas realizadas com os jovens e adultos matriculados na Escola Municipal de Ilha de Maré, bem como o corpo pedagógico das Escolas Municipais de Ilha de Maré, Bananeiras e Nossa Senhora de Fátima. Nesse capítulo trago também a entrevista realizada com a coordenadora regional da SMEd. Nesse capítulo tenho como propósito também apresentar as aspirações educacionais através das entrevistas realizadas com duas lideranças.

41

No último capítulo, Agora são 3: uma escola e um território, apresento experiências decoloniais elaboradas do e no território através das práticas educacionais realizadas pelo CPP, do Centro de Apoio aos Filhos e Filhas de Marisqueiras e da Escola das Águas.

Não cabe a mim, durante a pesquisa, esgotar todo o arsenal histórico da pesca artesanal no Brasil, pois isso já foi feito por outros autores, dentre eles Diegues (1983). A tarefa aqui é tratar da resistência das comunidades pesqueiras nos seus territórios, levando-nos a enxergar horizontes investigativos na educação do e no território, sob uma perspectiva popular, ecológica e decolonial de práxis pedagógica.

42

2 FORJADOS E FORJADAS NO TERRITÓRIO – OS POVOS DAS ÁGUAS

O povo de Iemanjá tem muito o que contar. (JORGE AMADO, Mar Morto. 1936. p. 3).

A formação histórica das comunidades pesqueiras do norte da Ilha de Maré perpassa a luta contra a escravidão. Segundo moradores a ocupação da localidade, se deu a partir de naufrágios na região e da fuga de negras e negros escravizados (as), principalmente, do antigo Engenho da Freguesia, que ficava localizado em frente à comunidade de Bananeiras no município de Candeias mais precisamente em Caboto, e que atualmente é o Museu Wanderley Pinho. Mas também há relatos de pessoas vindas dos Engenhos de Matoim e Jacarecanga (RÊGO, 2018). Esses negros (as) que se aquilombaram na Ilha, viram na maré uma forma de se sustentarem, e dos mangues e das águas passaram a extrair os alimentos para seu sustento, segundo Rios (2017) “Pescadores são, portanto, sujeitos sociais que vivem e trabalham no mar de forma artesanal e acumulam um conhecimento relativo à ecologia das espécies pesqueiras e

à dinâmica dos ecossistemas, incluindo toda a biofísica.” (RIOS, 2017, p.173).

A *Tradicionalidade*, segundo o CPP (2016), é a principal característica do pescador e da pescadora artesanal, sendo eles e elas, parte do meio ambiente.

Todas as atividades desenvolvidas para beneficiar a pesca como confecção e reparos de artes e apetrechos (rede, tarrafa, linha, anzol, armadilha e outros); reparos em embarcações, conservação dos apetrechos e embarcações, coleta, transporte e comercialização são consideradas atividades pesqueiras artesanais. (MARTIS et al., 2011, p.15).

Avaliar as problemáticas da pesca artesanal e da comunidade de Ilha de Maré é compreender de maneira sistêmica onde esta categoria laboral está inserida em seu processo histórico e cultural na sociedade. Assim, tais análises não podem ser dissociadas das questões do povo negro pescador quilombola ou indígena. Ecoar a pesca é falar do povo negro num país onde ainda não foi feita a reparação social e dos povos indígenas na sua luta constante pela vida e pelo território, pois o capitalismo fundamenta suas relações de subordinação e dominação na matriz da colonialidade, a qual tem como seu cerne o racismo e a racialização (WALSH, 2009a).

43

Nas comunidades pesqueiras, há uma presença pujante da pesca, abrangendo não só o sujeito da captura, mas toda a cadeia de produção. Embora nessas comunidades ainda exista a presença da agricultura familiar, de atividades extrativistas, e do artesanato, é da pesca artesanal que os sujeitos retiram a maior parte do sustento e é nela que a tradicionalidade dessas comunidades é estruturada através da oralidade e de um conhecimento que é passado através de gerações. “A liberdade, o trabalho familiar, a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho, as artes de pesca, a comercialização e a própria captura do pescado também são fatores que diferenciam e particularizam os pescadores artesanais.” (RIOS, 2017, p.28).

De acordo com Izaura Cruz (2011, p.1) “Em Ilha de Maré, a divisão sexual do trabalho é nitidamente demarcada. Em geral, os homens são pescadores e as mulheres são marisqueiras, rendeiras e atuam na produção do doce de banana”. Na comunidade, cabe também às mulheres os cuidados com a casa e com os filhos, sendo no intervalo dessas tarefas que elas realizam as atividade de renda e produção de doces e azeite de dendê (CRUZ, 2011; PESQUISA DE CAMPO, 2019). Na comunidade de Praia Grande a arte da cestaria é uma atividade basicamente realizada por homens, é comum vê-los sentados sob a sombra das

árvores confeccionando os artefatos (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Na pesca, sem o combate e sem a luta antirracista, não é possível avançar, pois nela a questão racial não é secundária. No âmbito da pesca artesanal, há a resistência das mulheres, que é muito emblemática e que compreende não só o espaço enquanto território, mas os seus corpos também. As pescadoras e marisqueiras já nascem com o desafio de viver e sobreviver do e no território. Esse desafio é tão grande que, segundo elas, já nascem com a essência do feminismo e da luta.

2.1 DE SÃO PEDRO - O PESCADOR, A LOGUN EDÉ: OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS

Os primeiros estudos sobre pesca artesanal no Brasil foram realizados por Cordell no final da década de sessenta e início dos anos 70 no nordeste brasileiro (AMARAL, 2006), onde o autor visava “fazer um estudo de campo sobre os impactos sócio-ambientais de um programa governamental que visava aumentar as capturas de pescado pela introdução de redes de náilon nas comunidades de pescadores artesanais da Bahia.” (CORDELL, 2010, p.1). No Delta de Valença o autor relata as mudanças ocorridas na organização da pesca através da

44

chegada da rede de nylon e os conflitos decorrentes dessa forma de manejo. Soares (2007) afirma que a pesca é uma das atividades laborais mais antigas do Brasil e, que, até a década de 1960, era basicamente tradicional.

A pesca artesanal, praticada dentro das características dessa atividade, atua em consonância com a capacidade de suporte do ambiente. No Brasil, essa modalidade pesqueira tem suas raízes nas culturas indígena, portuguesa e negra (DIEGUES, 1983). Em suma, a atividade pesqueira é de base familiar ou coletiva, “sendo também unidade de produção, de consumo e de partilha” (CPP, 2016, p. 7) ou um trabalho comunitário.

O pescador ou pescadora artesanal é aquele que, no ato da pesca, utiliza apetrechos de pesca simples, participando diretamente da captura do pescado (DIEGUES, 1983). A pesca é de pequena produção mercantil, tem baixo poder de predação e muitas vezes são utilizadas as embarcações também como meio de locomoção. Nessa atividade laboral, o(a) pescador(a) trabalha sozinho(a) e/ou utiliza mão de obra familiar, estando ligada a um modo de

organização social. O extinto Ministério da Pesca e Aquicultura afirma que mais de 60% de todo o pescado é de responsabilidade da pesca artesanal (MPA, 2013). Mesmo assim, devido ao interesse nos territórios pesqueiros, o Estado tende a invisibilizar o papel da pesca artesanal para a sociedade. Conforme Rios (2017):

Uma invisibilidade que é reforçada pelo modo de produção capitalista e por seu projeto de sociedade. Que por sua vez é refletida/observada nas políticas públicas destinadas à pesca artesanal e na gestão dos territórios pesqueiros, permitindo a inserção de empreendimentos industriais que interferem diretamente no desenvolvimento da pesca artesanal.

As áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras passaram a ser vistas como espaços de interesse estratégico ao desenvolvimento do capital [...]. (RIOS, 2017, p. 58).

A captura do pescado ainda é uma atividade laboral na qual a presença masculina é preponderante. O Brasil, de acordo com a FAO (2018), é um dos principais produtores de pescado da América Latina. De acordo com o Boletim do Registro Geral da Pesca - RGP 2012–2013 existem 1 041 967 pescadores: destes, 58,6% são homens e 41,34% são mulheres, sendo que as mulheres pescadoras estão basicamente incumbidas de atividades da mariscagem. O Nordeste é a região com maior número de mulheres atuantes, perfazendo 22,10% de um total de 437 012 pescadoras. Na Bahia, as mulheres representam 55,8% dos cadastros no RGP, enquanto os homens representam 44,2%. Em 2015 Salvador possuía

45

38.291 cadastros no RGP (RIOS, 2017). Segundo o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura, a Bahia é o quarto maior produtor de pescado.

Desse total de pescadores, apenas 0,84% realizam a atividade da pesca de forma industrial. O Nordeste possui 489 949 pescadores (BRASIL, 2013) e prevalece a pesca artesanal, sendo que a Bahia representa o segundo maior estado nordestino no número de cadastro de pescadores artesanais, perfazendo, de acordo com o MPA (2016) um total de 131 mil pescadores, tomando como base os cadastros de RGP (RIOS, 2017). Rios (2017) afirma que existem atualmente “cerca de 600 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas” na Bahia (RIOS, 2016, p.27-28). “No estado da Bahia, foram identificadas 28 comunidades tradicionais pesqueiras com mais de 31 mil famílias que vivenciam diversos conflitos territoriais, muitos deles desde a década de 1970.” (RIOS, 2017, p.181) A Ilha de Maré possui 4 000 pescadores e marisqueiras cadastrados, de acordo com os dados da Colônia Z-04

(PESQUISA DE CAMPO, 2019).

De acordo com a FAO (2018), o Brasil não tem transmitido dados oficiais sobre as capturas de pescado desde 2014. Essa ausência de dados estatísticos se apresenta como uma forma de invisibilizar as comunidades e seu papel na sociedade (CPP, 2019). A falta de dados oficiais sobre a pesca e de registros, revela a tentativa de apagamento dessa atividade laboral, inviabilizando ações afirmativas baseadas em estudos e dados oficiais. Fica apenas a cargo da contagem de RGP levantar esse quantitativo de pescadores, mas de acordo com pescadores e marisqueiras, esses dados são falhos, pois muitos pescadores e marisqueiras não possuem ou perderam seus registros.

Esse cenário de intensas e constantes mudanças, de certa forma, colaborou para os inúmeros vazios e inconsistências existentes na estatística pesqueira do país, fato reforçado quando observamos que a última estatística disponível sobre o setor pesqueiro brasileiro foi realizada ainda pelo extinto MPA, no ano de 2015. O MAPA, apesar de ter atuado na gestão do setor durante 1 ano e 5 meses, não chegou a publicar estatística referente ao setor. (RIOS, 2017, p.89).

De acordo com o MPP (2013) a estatística da pesca apresenta percentuais que diferem da realidade em quantidade de pescadores, e nos dados gerais sobre a pesca artesanal, principalmente no tocante aos órgãos relacionados à pesca, que mantêm um enfoque maior na pesca industrial, na aquicultura e na carcinicultura.

46

Segundo Dias Neto e Dornelles (1996), os pescadores e pescadoras artesanais, mesmo exercendo outras atividades laborais, têm na pesca a principal fonte de renda. O pescado pode ser caracterizado como de uso exclusivo para o comércio ou como para consumo familiar, agregado ao comércio. Quando a pesca é utilizada apenas para revenda, pode-se afirmar que o pescador artesanal exerce função de pescador agricultor ou até mesmo aquicultor familiar, quando o mesmo possui em sua propriedade um pequeno esquema de tanques - redes (DIAS NETO; DORNELLES, 1996) e a produção é organizada “predominantemente pela mão-de obra da própria família”, de acordo com a lei nº 11.326 de 24, de julho de 2006.

Os pescadores e pescadoras artesanais possuem uma relação com a natureza, conservando-a e respeitando-a, em uma sinergia construída durante séculos, através da sabedoria e respeito ao território e a vida marinha. Já o modelo econômico vigente desrespeita o pescador e a pescadora artesanal e as marisqueiras, pois antes eram apenas orientados pela

natureza e suas manifestações, agora também têm que obedecer à lógica do capital, que é contra o respeito à capacidade de suporte do nosso planeta.

Os povos das águas mantêm, dentro da visão etnoecológica, uma relação cultural de exploração dos recursos aquáticos, pois se valem do conhecimento popular, de crenças, costumes, da percepção de variações do meio ambiente, cujas observações foram passadas de uma geração a outra. Entende-se que os povos das águas possuem uma relação com o meio ambiente que proporciona a sobrevivência da pesca, pois a mesma é um recurso renovável de livre exploração, porém é exaurível (SOARES, 2007).

A comunidade pesqueira de Ilha de Maré, bem como outras comunidades que compõem a Baía de Todos Santos, enfrenta o problema da pesca predatória realizada com bombas, sobrepesca e a escassez de pescado gerado pela poluição, e pelos crimes ambientais ocasionados pelos grandes empreendimentos. Os pescadores, conhecidos como bombistas, se valem do conhecimento ancestral de identificar os cardumes nas águas e lançam bombas para realizar a captura do pescado. Segundo Vidal (2010), essa prática de pesca predatória é muito característica no estado da Bahia, sendo considerado um crime, pois além de matar a fauna acompanhante, destrói corais, provoca assoreamento, causa danos às casas dos moradores e reduz o estoque pesqueiro, podendo provocar a mutilação do bombista.

Vale salientar que a pesca predatória é considerada crime, de acordo com a lei 9.605/98. Os bombistas utilizam como justificativa para a prática o aumento da produtividade e da renda, bem como a escassez do pescado. Para Vidal (2010), na cadeia produtiva, o pescador e a pescadora e marisqueiras são o elo mais fraco. O CPP (2016) afirma que a pesca predatória

47

não é somente a causadora de danos ao ambiente, mas também é resultado dos processos de violência social, cultural e econômica que o capitalismo impõe a esses grupos marginalizados. A pesca predatória, em muitos casos, está atrelada à sobrevivência em meio aos processos de desterritorialização.

A Etnoecologia estuda como se organizam os conhecimentos e intervenções das comunidades humanas acerca do meio ambiente. “Ela caracteriza-se como um enfoque ou abordagem teórico-metodológica no estudo da relação sociedade-natureza que enfatiza o papel da cognição no comportamento humano.” (RAMIRES; MOLINA; HANAZAKI, 2006, p.102). Para Marques (2001, p. 49), “etnoecologia é o estudo das interações entre a humanidade e o resto da ecosfera” e valoriza o conhecimento tácito e as crenças acerca do

meio ambiente e suas manifestações em comunhão com o conhecimento científico (MARQUES, 2001), pois as comunidades tidas como tradicionais recorrem a essas crenças e valores para manejar, utilizar e conservar de maneira sustentável os recursos pesqueiros. É nas comunidades que estão as formas decoloniais de resistência, assim há “a necessidade da observação, conhecimento e registro destas formas tradicionais de vida, que garantem a diversidade biológica sobre a Terra, e dão pistas de como fazê-lo de forma sustentável.”. (RÊGO, 2018, p.33).

Segundo Marques (1993), os pescadores e as pescadoras possuem o “saber” e o “saber fazer” construídos através do conhecimento empírico local solidificado no decorrer da história. Sendo assim, o conhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras ligados também a questões religiosas não pode ser visto apenas como superstição e crença. É notório afirmar que o conhecimento que eles e elas possuem sobre a biodiversidade ajuda na conservação ambiental. Daí a explicação para o equilíbrio que há em comunidades que ainda não foram afetadas diretamente pelo capitalismo globalizante e concomitantemente pela perda de suas características culturais (GADOTTI, 2000).

2.2 NANÃ BURUKU E A LAMA DIVINA DA CRIAÇÃO. AS PESCADORAS E MARISQUEIRAS

*Prá mudar a sociedade do jeito que a gente quer/
Participando sem medo de ser Mulher. (bis)
Por que a luta não é só dos companheiros/ Participando sem medo de ser mulher/ Pisando
firme sem medir nenhum segredo/ Participando sem medo de ser Mulher.*

48

*Pois sem mulher a luta vai pela metade/ Participando sem medo de ser Mulher/ Fortalecendo
os movimentos populares/ Participando sem medo de ser Mulher.
Na aliança operária Camponesa/ Participando sem medo de ser Mulher/ Pois a vitória vai
ser nossa com certeza/ Participando sem medo de ser mulher.
(ZÉ PINTO. Canção: Sem medo de ser mulher)*

A organização patriarcal das comunidades pesqueiras relegou, durante muito tempo, a condição da mulher a mera “ajudante” das atividades pesqueiras, mesmo com sua participação ativa na pesca, em atividades posteriores à captura e também no processamento. Elas foram apagadas da história por um patriarcado de herança cultural que promove uma divisão sexista

do trabalho nas comunidades pesqueiras. Segundo o CPP (2016), as mulheres pescadoras eram vistas como dependentes, logo os direitos sociais e previdenciários eram todos destinados aos seus cônjuges. Assim, os espaços de luta na pesca também permaneceram durante muito tempo sendo predominantemente masculinos.

De acordo com a Associação Nacional das Pescadoras (ANP), o preconceito com as mulheres no âmbito da pesca faz-se presente até na instância do embelezar-se e dos cuidados com a higiene. Questões como essas faziam com que os pescadores colocassem a capacidade laboral das mulheres em dúvida. Até mesmo quando as pescadoras/marisqueiras precisam recorrer a alguns de seus benefícios junto à previdência enfrentam dificuldades, pois não são identificadas como tal, devido a estarem arrumadas. Existe um estereótipo de que essas mulheres são “mal-vestidas e descuidadas.” (MARTINS et al., 2011, p. 19).

Só depois de algum tempo e de muita luta elas conseguiram, dentro dos territórios, vencer a invisibilidade e ocupar o seu papel ativo e reconhecido nas colônias de pescadores. A história do feminino na pesca é “uma história de luta e resistência das mulheres, de geração de renda, de sustentabilidade, de aumento da autoestima e autonomia, e que se associa com a luta por direitos e defesa do território” (CPP, 2016, p. 9).

As reivindicações e o espaço conquistado pelas mulheres na pesca artesanal, bem como em suas políticas e conquistas, é fruto da articulação das próprias mulheres, que no começo tiveram que romper com práticas machistas realizadas pelos pescadores e pelas mulheres da própria comunidade. O primeiro passo para muitas mulheres foi romper a opressão dentro de si, pois “a ação política exige: intervir no mundo público, sair de casa e da comunidade, exercer a fala pública, aprender a reivindicar e a dialogar com os outros sujeitos, o que se torna difícil para as mulheres, responsabilizadas pela casa.” (FAUSTINO; NOGUEIRA, 2010, p. 8).

49

A visibilidade da mulher na pesca artesanal tem crescido: fato observado nos cadastros do Registro Geral da Pesca e nas organizações de classe. Estatísticas oficiais indicam que há 40,3 milhões de pessoas na pesca de captura mundialmente e, deste total, estima-se que em torno de 14% desses trabalhadores são mulheres (FAO, 2018). Severino Santos, membro do CPP/Recife, em entrevista à Rádio Frei Caneca, em maio de 2019, salienta que o direito ao registro das mulheres como pescadoras trouxe mudanças na cultura da pesca, as quais influenciaram o comportamento das comunidades pesqueiras.

Segundo Maneschy (2013), um marco nessa conquista foi a fundação, em 2006, da

Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras no Brasil. Para Nancy Frazer (1997 *apud* MANESCHY, 2013) existe no mercado uma “ ‘ordem social de gênero’, que estrutura e legitima a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, este último tradicionalmente assumido por mulheres.” (MANESCHY, 2013, p. 43). A pesca no âmbito dos interesses do capital, historicamente, demarcou esse espaço enquanto lugar masculino; assim, coube à mulher o lugar do cuidado com a comunidade e da invisibilidade laboral. Niewenhuys (1989 *apud* MANESCHY, 2013), nos seus estudos sobre comunidades pesqueiras indianas, define o trabalho das mulheres como “redes invisíveis” da pesca.

O protagonismo das mulheres na pesca não foi diferente de outras conquistas influenciadas pelo movimento feminista. Elas começaram a ocupar os espaços da pesca e adquiriram o protagonismo que têm hoje, junto ao reconhecimento dos seus papéis, enquanto pescadoras e marisqueiras, e na construção de identidade profissional e territorial. A convivência com essas mulheres fez-me perceber que elas são representantes do território e provedoras das suas famílias, sendo que muitas criam os seus filhos e filhas sozinhas. As marisqueiras são reconhecidas como pescadoras artesanais através da lei 8.213/91 da Previdência Social. Cabe a reflexão de que o reconhecimento tardio da profissão pode estar atrelado ao fato da mariscagem ser uma atividade preponderantemente feminina.

De acordo com a FAO (2017), as questões de igualdade de gênero deveriam perpassar todas as estratégias de desenvolvimento da pesca, devendo ser cumpridas políticas e legislações, ou até modificando as que não são compatíveis com esse objetivo. Para a FAO (2017), estratégias para melhorar a qualidade do trabalho das mulheres deveriam ser desenvolvidas. Assim, questões inerentes aos direitos básicos deveriam ser analisadas diante dos impactos que trazem para essas mulheres.

50

[...] é importante ressaltar que as mulheres sempre estiveram nas frentes de lutas. Elas enfrentaram e enfrentam a luta pela garantia dos territórios costeiros, contra a perda da terra e a privatização dos bens ambientais. [...] urge agora [...] as lutas pelos direitos das mulheres e pela superação das desigualdades de gênero. (FAUSTINO; NOGUEIRA, 2010, p. 9)

No Nordeste cerca de 50 000 famílias de pescadoras/marisqueiras vivem exclusivamente da pesca de molusco e crustáceos. A Bahia possui cerca de 45 000 marisqueiras, segundo dados da Bahia Pesca (MARTINS et al., 2011); essa é uma atividade realizada preponderantemente por mulheres. A atividade de extração de mariscos no arenoso das praias

e nos manguezais proporciona renda muito baixa, apesar de ser uma atividade importante para muitas comunidades pesqueiras.

O trabalho ancestral de mariscar, que tem sua prática e saberes ancorados na tradição, caracteriza-se por diversas dificuldades. As atividades de pesca, principalmente mariscagem ocorrem pela manhã, as mulheres saem por volta das 4h da manhã e só retornam por volta das 8h, porém em alguns casos quando a maré é considerada “tardera” essas permanecem mariscando até mais tarde. Além disso, muitas pescadoras e marisqueiras quando não vão mariscar vão para as coroas²⁰ de pesca e também colocam muzuá para pegar siri, assim a atividade cotidiana da pesca que se inicia ainda na madrugada durante a tarde continua através do processo de beneficiamento, onde as mulheres cozinham os mariscos e siris e os catam durante toda a tarde, além dos bivalves e dos crustáceos algumas ainda tratam peixes (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

No tocante a essas dificuldades, podemos citar a má remuneração, que culmina no aumento da jornada de trabalho - que pode chegar a 12 horas ou mesmo 14 horas diárias – e as más condições de trabalho, já que a pescadora artesanal e a marisqueira trabalham por conta própria. Além desses fatores, uma educação precária e alto índice de analfabetismo, devido às altas jornadas que muitas vezes impedem a frequência escolar, pois geralmente as escolas não foram pensadas a partir das dinâmicas do território pesqueiro. Ainda temos a falta de saneamento, os problemas de habitação e o trabalho infantil, este último visando o aumento da renda familiar, mas que também assume o papel na pesca de inserir seus filhos e filhas nas atividades da pesca, o mesmo não apenas se configura como um trabalho, mas como uma forma de formar os novos sujeitos da pesca e levar adiante a cultura da pesca

²⁰ Local onde é realizada a mariscagem.

artesanal e da mariscagem. As crianças aprendem e se apropriam das questões da pesca. Diferente do referencial industrial capitalista de trabalho.

Conforme Bandeira e Brito (2011, p. 307):

Não é só um imperativo de sobrevivência baseado no cálculo econômico do uso de mão de obra familiar [...], também é uma tradição cultural de transmissão oral e prática de saberes sobre a pesca. Aí nesse momento fazem se os novos pescadores e marisqueiras, é pescando e mariscando com seus pais onde aprendem a localização de pesqueiros, as artes de pesca, os meios

de orientação do mar, o ciclo biológico das espécies.

Somadas a essas problemáticas, ainda existem aquelas referentes aos danos à saúde que a atividade de mariscagem traz para as mulheres, e que são agravados pela busca tardia de atendimento médico e pela falta de acesso à informação que a educação poderia proporcionar. Muitas têm suas doenças ocupacionais como LER e DORT (MARTINS, 2011) agravadas pela necessidade de trabalhar e por não conhecerem os seus direitos, o que é somado à falta de reconhecimento do Estado acerca da realidade dos riscos biológicos, físicos e químicos aos quais essa classe laboral está exposta.

A poluição nas áreas de mangue afetam principalmente as mulheres, pois são elas que diariamente estão com seus corpos dentro das águas, expostos a diversos tipos de doenças; são seus corpos que, com a poluição dos mangues e das águas, sofrem a contaminação. De acordo com o Ministério da Saúde (2015, p. 27), “os riscos que essas mulheres estão expostas impactam diretamente na saúde” e, segundo elas, ainda falta muita sensibilidade das pessoas que atuam na área de saúde para compreenderem e considerarem as especificidades delas no atendimento.

Em entrevista concedida ao jornal *O Leme*, a marisqueira Elionice Sacramento diz que a mulher na pesca pensa o território a partir do próprio corpo. E denuncia que as leis e decretos “revelam um Estado racista, violentador das mulheres pescadoras” (JORNAL O LEME, 2015, p. 3).

As pescadoras e marisqueiras carregam, assim, questões concernentes às problemáticas da pesca e da discriminação por serem mulheres. Não diferentes de outras mulheres em outras instâncias laborais, elas também enfrentam a violência doméstica, a invisibilidade política e a múltipla jornada de trabalho. Na conjuntura da pesca artesanal, esse não reconhecimento é muitas vezes duplo, englobando as tarefas domésticas e as atividades nas águas. Aos homens,

52

coube a luta pelos direitos enquanto pescadores artesanais e, às mulheres, a luta pelo reconhecimento de ser pescadora (FAUSTINO; NOGUEIRA, 2010).

Assim, o sujeito social foi forjado nesse processo de resistência e na acusação de terem abandonado seus lares e estarem expondo os seus maridos, ao assumirem papéis políticos nas suas comunidades. As mulheres pescadoras e marisqueiras vêm se fortalecendo cada vez mais enquanto lideranças mobilizadoras no território pesqueiro, não permitindo mais o silêncio que

habitava o negligenciamento de suas questões, criando uma nova dinâmica nas comunidades, a qual brota da força da lama dos mangues e das águas. A organicidade das mulheres incomoda porque subverte a lógica colonial. Há, atualmente, uma articulação das mulheres na pesca, e a visibilidade dessas mulheres gera um processo de valorização, reconhecimento e pertencimento. Em Ilha de Maré elas são lideranças, chefes de família e muitas vezes únicas provedoras do lar.

2.3 A PESCA ARTESANAL E OS PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO

No rio e no mar: pescador na luta!
No açude e na barragem: pescando a liberdade!
Hidronegocio: Resistir!
Cerca nas águas: Derrubar!
(Grito da Campanha a favor do território pesqueiro)

O território pesqueiro é composto por terra e água; assim, todos os espaços onde a atividade da pesca acontece e que pertencem à vida e à manifestação dessas pessoas compõem o território, sendo este tido como um espaço de manutenção da vida na comunidade (MPP, 2013). Nele, “existem um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais.” (CPP, 2012, 7). O território é o “lugar da terra e da água que serve como meios de reprodução social, cultural, ambiental e econômica.” (CPP, 2012, 7).

Para o MPP:

Na verdade o território pesqueiro é o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim, sobre a vida dos pescadores. (MPP, 2013, p. 19).

53

Conforme o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, constituem território tradicional, segundo o Art.3º, §II,

[...] os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da

A Constituição Federal de 1988 reconhece os bens de natureza material e imaterial como patrimônio cultural brasileiro, valorizando a memória desses povos e reconhecendo a pluralidade cultural. Só assim as futuras gerações poderão conhecer as suas histórias.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao qual o Brasil é signatário, garante no Art.7º, 4) que “Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.” (OIT, 2011, p. 3).

Mesmo com a Constituição Federal de 1988 garantindo a criação das Unidades de Conservação da Natureza, a exploração econômica continua sendo a grande vilã na luta pelo território. Esses espaços continuam sendo ameaçados, vistos como atrasados e marginalizados; as comunidades pesqueiras são tidas como entraves para o desenvolvimento e o crescimento econômico. As experiências e a importância dessas comunidades para a sociedade são apagadas por interesses capitalistas, pois são essas experiências que vão trazer visibilidade da sua importância.

Para Rogério Haesbaert.

[...] o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo da terra-territorium quanto de tэрreo territor (terror, aterrorizar) ou seja, tem aver com dominação (jurídico política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no —territorium são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm, o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva —apropriação. (HAESBAERT, 2005, p.1).

54

Conforme Haesbaert (2005) a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (HAESBAERT, 1994; 2001 apud HAESBAERT, 2005, p. 6774). Baseando-se na premissa de que os processos de desterritorialização não expressam o desaparecimento do território ou o “fim do território”, mas sim outras formas de ressignificações e ocupações a partir das multiterritorialidade, que por sua vez representam “uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização.” (HAESBAERT, 2005, 6774). Para o autor “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização

espacialmente descontínuo e extremamente complexo.” (HAESBAERT, 1994; apud HAESBAERT, 2005).

A história dos povos da pesca é a história da negação de sujeitos e da invisibilidade do negro e do indígena. Os povos das águas acenam que os conflitos nessas comunidades acontecem porque existem aqueles que querem se apossar das terras que historicamente são suas, devido à riqueza que há nesses territórios. Um dos desafios que se faz presente nessas comunidades “é dar visibilidade a experiências exitosas de economia solidária que podem servir de aprendizado e afirmação do modo de vida das comunidades pesqueiras em face de um contexto de negação da identidade.” (CPP, 2016, p. 5).

Segundo a FAO (2017), a pesca artesanal está enraizada nas comunidades, assim o direito à posse da terra garantiria a prática pesqueira. Essas comunidades possuem grupos historicamente marginalizados e vulneráveis e que possuem também baixo grau de escolaridade. Sendo assim, a luta “pelo reconhecimento dos territórios tradicionais pesqueiros” (MPP, 2013, p.14) é uma “forma de assegurar a reprodução física e cultural dos pescadores e pescadoras.” (MPP, 2013, p. 14).

Nesse contexto, as colônias de pescadores, criadas em 1919 pela Marinha como forma de controlar os sujeitos da pesca, e que assumiram, com a Constituição Federal de 1988, o papel de uma espécie de sindicato, têm, na atualidade, a incumbência essencial de estabelecer o diálogo entre as comunidades pesqueiras e o Estado (CPP, 2012). Na Ilha de Maré, a Colônia Z-4 fica localizada na comunidade de Santana e atualmente está sob organização dos próprios pescadores(as).

Nas comunidades pesqueiras a dimensão dos conflitos está diretamente ligada à especulação imobiliária, que tem suas raízes na invisibilidade social e legal desses povos. É o conflito entre “um modelo baseado na propriedade privada e estatal dos recursos, visando o desenvolvimento do capital à custa do esgotamento dos recursos, e outro baseado na

55

propriedade comunitária, e na subsistência, a partir do manejo da diversidade bioecológica dos ecossistemas estuários e oceânicos (BANDEIRA; BRITO, 2011).

De acordo com Haesbaert (2005) o território, enquanto espaço de poder, possui dupla conotação: concreto/dominação ou simbólico. Assim o território é “funcional e simbólico.” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Em Ilha de Maré a “flexibilidade territorial” na qual uma pequena classe privilegiada da sociedade tem acesso à ocupação de múltiplos espaços

(multiterritorialidade funcional) expõe o modo como o sistema capitalista se apropria dos territórios tradicionalmente ocupados e (ou) utilizados. (HAESBAERT, 2005)

Das 11 comunidades que compõem a Ilha de Maré, cinco possuem certificação da Fundação Palmares como comunidades quilombola, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Martelo, Bananeiras e Praia Grande, o que garante o território para essas comunidades. A comunidade de Maracanã, também é considerada quilombola, porém no processo de regularização foi englobada pela comunidade de Bananeiras (PESQUISA DE CAMPO, 2019; RIOS, 2017; XAVIER, 2018). De acordo com Rios (2017, p.189) “o que se tem observado nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) é que estes não abarcam a multiplicidade dos espaços ocupados pelas comunidades pesqueiras para o desenvolvimento de suas atividades.” Na pesca não existe fronteiras, os pesqueiros é que definem e demarcam o território (Rêgo, 2018), os conflitos se dão justamente porque os empreendimentos colocam cercas visíveis e invisíveis nas águas, se apropriando dos espaços de pesca historicamente utilizados, expulsando assim os pescadores e pescadoras e marisqueiras.

As questões da pesca requerem um olhar ecossistêmico acerca dos recursos pesqueiros, sendo que não se pode analisar de forma isolada essa questão que está para além das causas ambientais. Culpabilizar as pessoas individualmente pela destruição do tecido social e pelos danos ao meio ambiente é não compreender que os grandes inimigos das comunidades são à especulação imobiliária e a criminalidade, pois mesmo quando novos moradores chegam a Ilha, esses se somam ao tecido social e não o destroem.

Como exemplo, em Ilha de Maré, podemos citar as comunidade de Neves e Itamoabo, que concentram o maior número de casas de veraneio e de pessoas que procuram a região devido às suas belas praias, sendo as comunidades que recebem o maior fluxo de turistas durante todo o ano. Um dado interessante presente no processo de reconhecimento do território quilombola está na não participação dessas comunidades, pois devido à especulação imobiliária na região e muitos nativos já terem vendido suas casas para veranistas, bem como a construção de pousadas, essas comunidades não quiseram participar do processo de

56

reconhecimento do território quilombola, pois perderiam a posse única, exclusiva e individual da terra. Diferente das comunidades onde as pessoas realmente habitam e ocupam a Ilha (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Compreende-se assim, que a maldade de uma sociedade de classes é sempre maior do

que qualquer impacto individual, pois a burguesia domina a riqueza simbólica e é nessa conjuntura que surge o desafio da reterritorialização, pois os pescadores estão historicamente alocados nos locais que sofrem com a especulação imobiliária e o capitalismo depende cada vez mais da natureza e impulsiona a expulsão dos povos e, assim, os direitos positivados são anulados, direitos esses ligados às conquistas sociais.

No território/ *maritório*, a economia pesqueira está ameaçada pelo discurso político do desenvolvimento. Os grandes inimigos são os empreendimentos que estão instalados nos territórios, financiados com recursos públicos, pois a ganância do desenvolvimento tem efeitos contra a comunidade, que se vê expulsa ou espremida nos seus territórios de identidade e nos locais historicamente destinados à pesca e à mariscagem, gerando sofrimento.

Na luta pelo território há uma sensação materializada de impotência. Quando acontece algum “acidente” que impacta o ambiente ictiofaunístico, os grandes empreendimentos apenas pagam as multas, mas a percepção territorial dos danos reflete na comunidade pesqueira que usa o *maritório* para viver e trabalhar. Nas comunidades, a violência se expressa de diversas maneiras, tanto através da violência simbólica, como no racismo ambiental. Este se expressa através de crimes e danos ambientais aos territórios e aos espaços onde vivem os grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados. E esse tipo de injustiça ambiental, nesse caso, possui um recorte étnico e racial, baseado em um modelo de desenvolvimento hegemônico e no preconceito (PACHECO, 2008).

Chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (PACHECO, 2008, p. 1).

Na comunidade de Ilha de Maré, as lideranças entendem que os conflitos decorrentes dos crimes ambientais que acometem a comunidade, têm suas bases no fato da comunidade ser predominantemente negra.

Para além dessas questões, o epistemicídio é outra forma de minimizar essas comunidades, através da marginalização e apagamento de saberes e fazeres ancestrais. Boaventura de Souza Santos expressa que o termo epistemicídio representa “a supressão do conhecimento não ocidental levado a cabo pelo colonialismo europeu.” (SANTOS, 2010,

p.68). Para o autor, a Europa ocidental construiu o seu império do conhecimento a partir da supressão das epistemologias dos povos colonizados, e que uma nova lógica epistemológica deveria partir do Sul não imperial. Assim, é necessário voltarmos os nossos olhares para os povos e comunidades tradicionais, validando as epistemologias do sul (SANTOS, 2009). A resistência necessária aos processos de desterritorialização está dentro dessas comunidades e imbricadas na maneira como os sujeitos conseguem e conseguiram lutar e continuar existindo diante do processo estratégico da colonialidade que se reinventa brutalmente na modernidade “pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural.” (CASTRO, 1998, p. 4).

Essas comunidades ainda enfrentam a perseguição e o assassinato de lideranças, que parecem assumir um efeito pedagógico de uma pedagogia do terror, não só sobre o corpo das pessoas, mas para mostrar para os vivos que esse é o fim da luta, uma pedagogia que educa para a docilização dos corpos frente à iminência da morte, perseguição e da punição. Através desses diversos tipos de mortes e de enlutamentos, os grandes proprietários de terra buscam demonstrar que a liderança não tem força e status político, e que o poder pertence a eles.

É dessa violência física e simbólica que surge a necessidade da autoidentificação, e que ganha força o conflito de terra, caso contrário, às pessoas viveriam em paz nos seus territórios. Essa violência acontece seja pelas estruturas abandonadas na terra e no mar pelos empreendimentos podendo causar acidentes, e pelos problemas de saúde que passaram a acometer a população da Ilha de Maré. Na comunidade de Porto dos Cavalos e no Martelo é comum encontrarmos estruturas abandonadas e dutos que, segundo a Petrobrás encontram-se desativados. Na comunidade do Martelo existe ainda um local chamado de dique, onde a Petrobrás lançava os seus produtos químicos e que até hoje o local tenta fazer a autodepuração dos produtos despejados, porém ainda é possível ver manchas de óleo no local. O local também foi cenário da morte de uma criança na década de 1990, pois a comunidade utilizava essa água contaminada do dique para tomar banho, lavar roupa e lazer.

Além da exclusão social que impõe desigualdade racial para os moradores, a comunidade é afetada por grave poluição química, gerada por poderosas indústrias internacionais instaladas nas proximidades da comunidade durante a ditadura militar. A comunidade está exposta à grave violência, sofrendo uma contaminação química crônica, com danos irreparáveis à saúde e ao modo de vida tradicional, com mortes e doenças, afetando especialmente crianças e idosos. (Trecho da Carta da Comunidade Pesqueira de Ilha de Maré à Comissão Nacional de Direitos Humanos, 2019).

Essas ações expressam um genocídio sistemático oriundo de um racismo ambiental e de uma violência sistemática aos direitos humanos. É necessário pensar os territórios e as políticas dos povos tradicionais, visibilizando as desigualdades que assolam as comunidades, não como forma de potencializar as diferenças, mas de (re)existir em meio a um Estado que institui um racismo institucional, onde a vida das pessoas são afetadas por instituições e órgãos públicos que privilegiam determinados grupos raciais em detrimento de outros, tomando mesmo que de maneira velada atitudes injustas socialmente baseadas na raça e na etnia. Dessa forma, nessas comunidades o racismo institucional e o racismo ambiental apresentam-se como faces de uma mesma problemática: o preconceito.

Ele “atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial” (LÓPEZ, 2012, p.126-127) através da criação de obstáculos que renegam os direitos adquiridos pelos povos brasileiros. Para além dessas questões, é necessário salientar que o processo democrático de gestão do território só vai acontecer efetivamente com a ruptura das desigualdades entre homens e mulheres.

Além dessas problemáticas, outras se fazem presentes na organização da atividade pesqueira. Questões como transporte, conservação e comercialização do pescado são empecilhos para o avanço dessa atividade laboral, causando muita dificuldade. A poluição de alguns rios e córregos, junto ao declínio do pescado é outra mazela, tida pelas comunidades litorâneas como oriunda da chegada dos grandes empreendimentos. As comunidades não impedem, mas enfrentam diariamente as consequências do avanço do capitalismo e os seus processos de desterritorialização, através da ressignificação de práticas e da luta constante pelo território.

Em nome do “progresso”, da “modernização” e do “desenvolvimento”, essas populações são sistematicamente violentadas em seus direitos, assistem

59

atônitas à transformação de seus territórios, na forma de dragagem, de implosão de recifes, de destruição de mangues para a construção de portos, plataformas e marinas que acomodam embarcações de gente endinheirada. (CASTELLUCCI, 2013, p. 48).

Como decorrência desse processo, muitas famílias entram em um estado de pobreza

extrema e acabam migrando para os grandes centros. Castellucci (2013) expressa que essa realidade se repete em diversas comunidades litorâneas e ribeirinhas na América Latina. O contato com outras formas de organização cultural e social fez os pescadores artesanais “decodificarem signos, incorporando seletivamente, rejeitando ou reelaborando elementos de uma cultura distinta da deles” (CASTELLUCCI; BLUME, 2017, p. 48). Inclusive a “moral do trabalho” (CASTELLUCCI; BLUME, 2017, p. 48) passou por uma perda ou ressignificação dos seus sentidos e valores para manejar, utilizar e conservar de maneira sustentável os recursos ambientais. O sistema mercadológico do mundo tem fomentado um processo corruptivo no tocante às questões do território. O modelo de desenvolvimento não funciona para as pessoas mais pobres.

Para além das questões da pesca predatória já citadas, a comunidade pesqueira de Ilha de Maré ainda enfrenta os impactos oriundos da indústria petroquímica, que, através dos acidentes no seu funcionamento, provocam a degradação ambiental, com danos a todo o ambiente ictiofaunístico, e a contaminação da população local, que sofre com problemas de saúde. Assim, a comunidade vivencia a morte sistemática do seu território e *maritório* através da poluição das águas, dos mangues e da sua comunidade.

De acordo com o CPP (2016), após a chegada de empreendimentos industriais e construção de portos na região, a comunidade passou a lidar com problemáticas não só ambientais ou da organização do trabalho, mas também vivencia hoje o aumento da violência, o consumo de drogas e a chegada do tráfico na região, além da prostituição de mulheres e crianças. O medo da violência alterou inclusive a rotina das atividades de mariscagem, pois muitas mulheres acenam que atualmente não saem mais sozinhas para mariscar devido ao medo da violência sexual.

O processo de hibridismo (HALL, 2006), pelo qual passam as identidades, pode trazer uma diluição total da identidade, ou então sobram apenas os restos da identidade que formam uma colcha de retalhos que não deixa o sujeito identificar o outro ou se autoidentificar. Segundo Arditi (2000), as identidades perderam suas bases fixas. As políticas de diferença hoje são irreversíveis, o mundo está repleto de um conjunto de atores/atrizes que estão lutando

60

por seu direito a ter direito. Para as comunidades, é importante lidarem com os instrumentos que estão postos e se apropriarem para conseguir ressignificar as práticas.

Assim, se ressignificam as identidades que estão contidas na tradição, pois é na tradição que a pesca artesanal se organiza, novas formas de manejo são inseridas, mas os saberes da

pesca, transmitidos através da oralidade sobre os ventos, a maré, o reconhecimento dos cardumes, o respeito à natureza e a ancestralidade estes pertencem ao modo de vida das comunidades tradicionais pesqueiras. Tradicional não como atrasado, mas sim como enraizado nos processos de construção e reafirmação da identidade.

Não há como estudar a humanidade sem entendermos a capacidade infinita que esta tem de se organizar e ver o mundo, entendendo a pluralidade cultural. A atitude mental de avaliar, classificar e julgar suas referências para analisar o mundo é uma constante, não há um ser humano fora da cultura. É preciso se armar de senso crítico, pois não há como nos despirmos de nossa cultura, só assim podemos avaliar os esquemas do mundo que se apresentam num colonialismo interno. Celebrar a diferença pelo que ela oferece de efeito de contraste. A diversidade como efeito de alteridade (GEERTZ, 2000) e o empoderamento da comunidade partem do reconhecimento da sua realidade. Nas comunidades pesqueiras, o autorreconhecimento é importante para a pessoa e imprescindível para a regularização do território, pois são elas que se autoatribuem como comunidade tradicional (MPP, 2013).

O Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais compreende, em seu Art.3º § I, que:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, DECRETO 6.040/2007).

Nesses processos, a relação do humano com a ética deve ser simétrica. Busca-se uma relação com as alteridades que transfigure, pois saber lidar com o outro é compreender que o sujeito é inviolável. Não há ética sem alteridade, a ética tem ligação com reciprocidade, que é contrária às relações econômicas vigentes. A ética é assim: a proclamação da não neutralidade da vida (SOUZA, 2013).

61

As diferentes formas de manifestação estão ligadas à sobrevivência da comunidade frente à lógica do capital (MARX, 2013). Assim, os pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras se relacionam com o mundo do trabalho de forma diferenciada da lógica urbana, sendo direcionados pela natureza e seus condicionantes. Porém, mesmo na atualidade, essa classe laboral ainda é vista enquanto destituída de classe (CASTELLUCCI, 2013).

Os pescadores artesanais, diferentes dos moradores das grandes cidades, têm as suas atividades organizadas pelo tempo da natureza. A pesca artesanal é situada enquanto atividade ligada à vida dos pescadores e ao meio ambiente, atravessando gerações a partir de um processo idiossincrático essencial para a sobrevivência do modo como os pescadores se organizam e se manifestam e que os representa socialmente.

Na atualidade, vivemos condicionados pelo consumo imediato, o que impacta no modo como as comunidades litorâneas e ribeirinhas se organizam. Essas comunidades sentem diretamente os impactos desse modo de organização, que esmaga e destrói o território onde se organizam social, cultural, laboral e historicamente, o que acarreta em mudanças drásticas nas práticas de manejo, na identidade e memória desses pescadores (CASTELLUCCI; BLUME, 2017), desvalorizando a cultura popular (HALL, 2006) e fazendo com que essas populações precisem se adequar ao modo de vida capitalista (CASTELLUCCI; BLUME, 2017), que parece possuir um projeto para extinguir os povos. O capitalismo parece estar disposto a pagar o preço da morte da comunidade com a prerrogativa de implementar o progresso. Há nessas comunidades pesqueiras um esgotamento do projeto de humanização através do arsenal do aparelhamento capitalista. É notório que as culturas hegemônicas vão sempre tentar desconstruir esse lugar do outro.

Para Giddens (1991), a modernidade rompe com a tradição, deixando o indivíduo num estado de solidão e insegurança devido à separação do tempo e espaço, ao desencaixe das instituições sociais e à reflexividade institucional.

O tempo passa a seguir um padrão mensurável, se distanciando do espaço (lugar), a partir da uniformização do tempo resultante da criação do relógio a organização social do tempo também foi padronizada. “O relógio expressava uma dimensão uniforme de tempo "vazio" quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de "zonas" do dia (a "jornada de trabalho", por exemplo).” (GIDDENS, 1991, p.21), onde o espaço vazio é que vai gerar a separação do espaço e lugar.

A separação do tempo e espaço influi nos acontecimentos antes restritos àquele território, gerando o desencaixe das instituições que passam a ser influenciadas e

influenciar nas mudanças sociais. O desencaixe, assim, representa o “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (GIDDENS, 1991, p.24). Através de mecanismos de desencaixe

– fichas simbólicas e sistema perito, aspectos da vida cotidiana são desqualificados (GIDDEN, 1991).

A reflexividade institucional é definida por Giddens (2002, p. 26) como “o uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação”. Onde as práticas sociais são modificadas a partir da gama de novas informações que os atores sociais, leigos ou especialistas, recebem sobre as práticas e mudanças sociais, concebendo a partir dessas informações, meios de atuação e transformação. A junção desses três fatores funda a compreensão entre a tradição e modernidade.

No capitalismo, o sujeito está orientado de maneira individual. A desterritorialização dos corpos talvez seja a expressão mais radical desse vazio que o capitalismo alimenta e que torna os sujeitos por vezes desenraizados. A modernidade é uma cultura que se globaliza, mas nós pertencemos a nossas matrizes, nós nos “planetarizamos” na relação com o nosso lugar, sendo que o desejo do sujeito está no reconhecimento do outro. O que habita a modernidade é uma relação dialética entre o avanço apenas da aquisição de bens e não do reconhecimento dos corpos cidadãos. Mesmo assim, essas comunidades ainda resistem aos processos de desterritorialização e de marginalização oriundos da modernidade. Reforçando a teoria difundida por Haesbaert (2005) onde na Territorialização-Desterritorialização Reterritorialização (TDR) os territórios são novamente criados e ressignificados.

Castellucci (2013) traz o conceito de “*modernagem*”, utilizado pela comunidade de pescadores de Tairú para expressar as mudanças que começam a acontecer com a construção de vias que facilitaram o acesso à Ilha de Itaparica – Bahia. Este fato fomentou a especulação imobiliária e, com isso, a chegada de novos moradores e novas formas de organização, gerando a inserção de novos apetrechos de pesca e, conseqüentemente, influenciando no modo como o trabalho era organizado, saindo de uma condição de coletividade para a individualidade. Assim, o trabalho deixa de dialogar com o tempo da natureza e passa a obedecer à lógica do mercado. Em uma perspectiva arqueológica da pesca, nos meados do século XX é que começam as mudanças.

Mesmo diante dessas mudanças, conforme Rêgo (2018, p.43):

63

O tempo/espaço é definidor das dinâmicas territoriais das comunidades tradicionais, cujos conhecimentos, práticas e formas do fazer, assim como éticas do agir são transmitidas por gerações, caracterizando-as como tradicionais e garantindo sua reprodução física e social.

A sobrevivência dessas comunidades não está ligada só ao que é retirado dos territórios para comer, mas ao que alimenta os corpos. É a força simbólica do território que cultiva a ancestralidade. A força através dos territórios de pertencimento, que é o espaço da ancestralidade, onde se aprende a viver e integrar o território. Pensar a pesca é pensar na gestão da natureza. “No contexto da pesca, tempo e espaço são dimensões indissociáveis. A pesca e a mariscagem são responsáveis pela tessitura do tempo no espaço, tendo como fio condutor os ritmos da natureza.” (Rêgo, 2018, p.177). Na pesca, a vida é pensada a partir do trabalho: o trabalho como uma dimensão da vida. De acordo com Haesbaert (2005, p.6775) “enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica.”

Nessas comunidades, o território é conhecimento (SANTOS, 1998). Os pescadores lidam com um recurso que é de livre acesso. Na mesma medida em que é recurso, o território passa também a noção de lugar, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sobre esse aspecto, podemos afirmar que o território é conhecimento. Os processos de desterritorialização não só trazem mazelas ao meio ambiente como também alteram a vida das pessoas que continuam nos seus espaços de resistência, pois a memória desse povo está vinculada a uma “ética do sistema de posse da terra que é amparada pela memória e, no tocante aos pescadores artesanais, este é baseado nas tradições que orientam e ordenam a apropriação do ambiente pesqueiro.” (CORDELL 2001 apud CASTELLUCCI 2001. p. 31). Eles se baseiam nas tradições, costumes e em laços de pertencimento, logo, de luta e sobrevivência, organizando e orientando a apropriação do ambiente pesqueiro (CORDELL, 2001 apud CASTELLUCCI; BLUME 2017). Tais laços de pertencimento são essenciais nos momentos de reafirmação da comunidade, capazes de gerar redes de solidariedade e cooperação frente aos problemas que afetam as comunidades e que são gerados pela globalização, pois pertencer a um grupo significa, dentre outras coisas, partilhar elementos que lhe são comuns (CASTELLUCCI; BLUME, 2017).

O individual se faz na interculturalidade, fruto dos diálogos entre as culturas, um espaço marginal onde se incorpora os sujeitos marginalizados em espaços consolidados e demarcados por relação de poder (ARDITI, 2000). Porém, um pertencimento não estático e no qual a

interculturalidade não pode se dar como uma solução sintética para o encontro de culturas. Nos processos de reterritorialização, a comunidade se apropria do contexto, considerando as

várias interferências no território. A tradição vista como não congelada no tempo, com as diversas interferências e aspectos dinâmicos do tempo.

Certamente o diálogo entre desenvolvimento e conservação, se apresenta como o desafio da contemporaneidade (CASTELLUCCI, 2013), pois a modernidade dialoga com a degradação ambiental. Quando questões políticas esmagam os pescadores artesanais, observa-se que se a política não está em um nível ético ela está ferindo não só um código, mas está ferindo alguém. Para Giddens (1991), o mundo contemporâneo é marcado por um processo de reflexividade, “qualidade da ação humana em geral” (GIDDENS, 1993, p.14), o que quer dizer que estaremos sempre nos embates das identidades, mesmo que não haja mudança.

De acordo com os pescadores, nas conversas e mesas realizadas em eventos, as políticas públicas para pesca, tais como o defeso, viraram moeda de troca. O defeso não é só um auxílio financeiro, mas um instrumento de conservação ambiental. As comunidades pesqueiras são muitas vezes vistas pelo Estado como empecilhos para o desenvolvimento, pois elas estão enraizadas em territórios cobiçados pela especulação imobiliária, sendo vistas como entraves para estas negociações. O racismo ambiental está expresso através da chegada dos grandes empreendimentos no território pesqueiro; são eles que agora matam.

A chegada desses empreendimentos nas comunidades e a instalação deles nas áreas utilizadas historicamente pelas comunidades pesqueiras, restringe o acesso às áreas de pesca e mariscagem, desmata os manguezais e traz todo tipo de mudanças ao ambiente ictiofaunístico, descaracterizando o território pesqueiro. “É no âmbito dessas disputas políticas, entre pescadores e empresários, pela apropriação, uso e controle do território, que emergem as disputas territoriais.” (RIOS, 2017, p.187). Cabe ressaltar que a proteção dos manguezais é regida pelo Código Florestal, Lei nº 12.651/12.

Esmagados pelo modelo econômico vigente e a pela falta de gestão dos territórios pelo próprio Estado, estas comunidades são expulsas dos seus territórios, repetindo um processo migratório histórico para os subúrbios e favelas. Para o MPP (2013), essa remoção expressa a falta de reconhecimento das especificidades das comunidades. Estamos vivendo um momento financeiro que entra em conflito com todas as formas de ocupação do território. As comunidades são removidas para dar lugar ao investimento capitalista; sem nenhum lugar de pertencimento, elas são alocadas nas periferias.

Assim como em outras regiões do mundo, o êxodo rural, muitas vezes impulsionado pelo processo de desterritorialização, gera nessas comunidades a falsa ilusão de que a

melhoria da qualidade de vida está na cidade e não nos territórios de identidade. Se por um lado é a busca da melhoria da qualidade de vida, por outro causa a superpopulação das periferias do meio urbano, por meio do crescimento desenfreado das favelas, enquanto no território há perda de pessoas que poderiam vir a trazer melhorias para as suas comunidades, fomentando o seu crescimento. A dissociação dos povos é uma das piores violações, pois ela os enfraquece contra as lutas essenciais. Entende-se que esse dado é desencadeado pela perda da sensação de pertencimento, que, por sua vez, foi gerada pela descaracterização da identidade cultural local, que acaba culminando no êxodo dos membros das comunidades para os grandes centros urbanos, pois a teia que liga esses seres humanos - a sua localidade - é destruída quando são ceifados os seus direitos de se organizarem e sobreviverem no seu local de origem. O que na realidade existe é uma fratura nos território da pesca e uma pobreza iminente para esses povos na cidade, pois na pesca existe uma relação de solidariedade, há uma cultura do “dar”, uma cultura da troca.

No tabuleiro do movimento histórico, alguns membros da comunidade se apropriaram de tais instrumentos e incorporaram práticas culturais anunciadas pelos “ventos da modernagem”. Outros, por diferentes razões, mergulharam na completa pobreza após se desfazerem paulatinamente de suas terras. (CASTELLUCCI, 2013, p. 47).

Tomados por experiências diversas, os sujeitos ressignificam o presente a partir das suas experiências passadas, condicionados pela “modernagem” (CASTELLUCCI, 2013), sendo esta impregnada da representação que cada um faz dos seus efeitos e do processo de reterritorialização. Ao ser transplantada uma tradição, há sempre uma tradução, o ser humano ainda busca a plenitude da identidade, mas isso não se sustenta, pois todas as identidades são radicadas na história, não são atemporais (HALL, 2003). Assim, os povos tradicionais formam uma identidade de resistência através da reinvenção da identidade.

Quando as legislações não dialogam com a realidade, elas geram violência. Ao conflitar com os sistemas, com o direito positivado, as comunidades são criminalizadas, quando na verdade o marco tradicional seria a valorização da tradicionalidade e da territorialidade e o deslocar para esses pontos torna-se essencial, porque o território faz parte dos povos originários e tradicionais. A cosmovisão em relação ao meio que esses povos carregam não é

comprovada pela ciência, pois é a relação genuína e de sobrevivência. Diante do racismo

ambiental, como reparar em termos de pecúnia um lugar sagrado, onde o dano é espiritual? O que há é uma relação de poder que subordina e visa destituir as formas de existência. A história moral do mundo tem ligação com as relações de poder.

A classe oprimida gera o embrião de outra civilização global. Quando pensamos na possibilidade de ascensão desse povo, pensamos em algo possível, pois na miséria se produz cultura. A esperança é uma condição concreta de sobrevivência.

Os sujeitos são o espelho daquilo que projetamos neles, a partir de um lugar construído. O humano deve estar imbuído de diversidade, pois a humanidade se faz na diversidade. Não tem como um novo humanismo ser pautado em bases coloniais. É necessária a existência a partir do olhar da comunidade e assim fortalecer a sua resistência ontológica. Ter conhecimento da sua existência é pressuposto para superar a condição de subalternos (FANON, 2008) e assim se forjar na resistência.

São os valores atrelados ao território e aos modos de vida que deles emanam que direcionam os processos de resistência, pois as pessoas se encontram e se identificam nas lutas em comum. A (re)existência (WALSH, 2009c) é forjada na luta pelo território pesqueiro e pela afirmação de uma identidade pautada na atividade da pesca artesanal e suas relações. Não é uma luta apenas pela terra originária, mas pelos modos de existir, (re)existir (WALSH, 2009c) e continuar existindo.

67

3 MARÉ DE VAZANTE

*Ela cura!
Corre que é maré de vazante!
Se desnuda de si e mergulha
Corre que é maré de cura!
Abre as gavetas das certezas e mergulha
Fluxo
Refluxo
Êita, maré que cura!
Assossega, que ela já já leva
Só se entrega
Deixa as certezas imergirem nas profundezas
A sabedoria popular já dizia
Maré de vazante maré, maré que cura!*

(Autoria própria)

A sabedoria popular nos territórios pesqueiros diz que a maré de vazante é a que leva todas as coisas ruins, desde as doenças do corpo às mazelas da alma; o mar é tido como o encontro com os encantados. Assim como no poema de Rubem Alves - *A complicada arte de ver*, poucos conseguem vislumbrar a riqueza epistêmica da maré vazante, pois os olhos que enxergam e interpretam o mundo foi construído sob a ótica do colonizador e forjado na desvalorização dos saberes dos povos subalternizados. A colonialidade do poder/ser/saber (WALSH, 2018) retirou da educação a sua função de “partejar olhos vagabundos.” (RUBEM ALVES, 2004).

Desaprender o aprendido na colonialidade, talvez esse seja o maior desafio que se lança na pedagogia decolonial (WALSH, 2013), pois para além da consciência do inacabamento, Paulo Freire (1996), é preciso uma desconstrução interna e individual do colonizador que nos habita. A pedagogia decolonial se apresenta como o resultado do mergulho na maré de vazante, onde possibilidades de conhecimentos outros e valorização de epistemologias outras emergem enquanto os saberes imbricados na colonização são questionados. Essa pedagogia, pautada na sabedoria popular, nasce no terreno onde a Educação Popular é a força motriz que impulsiona os processos de construção de conhecimento e é nesse terreno de luta e práxis que a pedagogia decolonial se faz e onde a escola deve assentar o seu processo de desconstrução, reflexão e reconhecimento da comunidade.

68

Um movimento social e ecológico de escola, onde a ética e a alteridade são condicionantes para a organização e efetivação de práticas decoloniais no âmbito escolar, dialoga com a noção de território, pois o entende como o espaço onde a vida acontece e as relações éticas são estabelecidas. É um movimento social, porque é nele que a Educação Popular e as bases do pensamento pedagógico de Paulo Freire se encontram e se fazem fonte de conhecimentos para a pedagogia decolonial. É um movimento ecológico, porque abrange “a dimensão de articulação de reflexão, de compreensão e explicação do lugar, da casa, do mundo, que habitamos, que vivemos, que é a sede de nossa condição humana.” (SOUZA, 2004, p.7). Movimento ecológico de entendimento da ecologia como “oikos” – casa, e “logos” – reflexão, e que traz uma perspectiva de pensar a educação refletindo sobre o território/*maritório* pesqueiro.

3.1 FLUXO E REFLUXO DA MARÉ: O MOVIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO DE EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA DECOLONIAL

Segundo Souza (2004, p.7), “não há questão ética, ou seja, não há questão humana, que não seja uma questão ecológica”. Assim, pensar ética e ecologia nos ajuda a refletir sobre o nosso lugar no mundo a partir de uma *estrutura ética de base* que “exige que tentemos compreender e nos relacionar com este universo que nos cerca e que de certa forma também somos nós.” (SOUZA, 2004, p. 7). A incompreensão dessa base ética, necessária para a articulação entre os seres, é o condicionante das questões ecológicas ou éticas cotidianas com as quais nos deparamos. Essa estrutura de base ética é que nos permite pensar o lugar que vivemos. O autor define que “as grandes questões ecológicas não são meramente científicas, elas são fundamentalmente, questões éticas; elas e a sua solução (ou não – solução) é que virão a definir o futuro do próprio ser humano na terra, sua casa maior.”(SOUZA, 2004, p. 7).

A educação popular nas comunidades pesqueiras tem se constituído como um instrumento de luta e participação. Através dela, espera-se que os pescadores se organizem sócio e culturalmente, pois “trata-se de integrar todas as dimensões da vida material e espiritual - social, política, cultural, ambiental, econômica, interagindo com as relações de gênero, raça, etnia e geração.” (ADAMS, 2005, p. 3). Durante séculos, a colonialidade promoveu a morte de modos de vida através da desvalorização das culturas dos povos subalternizados. No território pesqueiro, a proteção e a salvaguarda desses conhecimentos

69

tradicionais que conservam a riqueza ancestral são promovidas pelas pessoas que usam os territórios de modo coletivo, pelas comunidades extrativistas terrestres e marinhas que fazem dos seus corpos barreiras para a proteção do território.

A decolonialidade adentra nas questões educacionais quando tratamos da diferença no campo educacional. Ela apresenta-se contrária ao epistemicídio, pois valoriza os saberes subalternizados nas suas formulações e se constituiu em “um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista.” (OLIVEIRA, 2016a, p.1).

O movimento social e ecológico de educação, dentro da escola numa perspectiva decolonial, traz em si a compreensão de que as questões ecológicas e suas problemáticas estão imbricadas nas questões éticas que são fundamentais para a articulação entre as diversas

alteridades. A partir da compreensão desse lócus no qual a ética acontece, é possível vislumbrar possibilidades, *grietas* (WALSH, 2018), nas quais possamos intervir e consolidar espaços e projetos coletivos de (re) existência (2009c).

A ética contemporânea contempla “tudo aquilo que envolve a questão humana, tudo aquilo que se constitui nas circunstâncias onde o humano se entende como tal, é interesse eminente para ética, [...] a relação entre ética e condição humana [...] é indiscernível.” (SOUZA, 2004, p. 6). A ética é ação dos seres humanos e pode expressar a visão ecológica, sistêmica, transdisciplinar²¹ e diversa da vida e das ações e intervenções de lutas que podemos realizar. “En este sentido, los estudios (inter)culturales se consideran como proyecto intelectual dirigido al (re)pensamiento crítico y transdisciplinar;”²²

O universo é um *nicho ético-ecológico*, o lugar de realização da ética enquanto “substância humana da própria humanidade.” (SOUZA, 2004, p. 7). Nesse contexto, a “ética é o agir da pessoa humana no exercício de sua liberdade, e que se dá em um lugar, em um lócus específico do universo.” (SOUZA, 2004, p. 7). Ecologia é a compreensão desse lócus onde se dão as relações éticas. Em consonância com as ideias de Santos (2005), esse lugar é onde as solidariedades podem ocorrer ou ocorrem e onde as alteridades estão em constante convivência. O lugar onde a ética acontece “é a sede dessa resistência da sociedade civil”

²¹ Um ponto de encontro entre disciplinas e projetos intelectuais, políticos e éticos, oriundos de diferentes momentos históricos e de diferentes locais epistemológicos, que visam enfrentar o empobrecimento do pensamento impulsionado por divisões disciplinares, epistemológicas, geográficas etc. e a fragmentação sócio política que cada vez mais faz com que a intervenção cívica e a mudança social apareçam como projetos de forças divididas (Walsh, 2003 apud WALSH, 2009e, p.210). (Tradução nossa)

²² Nesse sentido, os estudos interculturais são considerados um projeto intelectual voltado ao repensamento crítico e transdisciplinar; (WALSH, 2009e, p. 210). (Tradução nossa)

(SANTOS, 2005, p. 259), é onde habitam as possibilidades de resistências, porque é nele que todo processo de interação e construção de propostas outras de vida acontecem e se organizam (SANTOS, 2005).

Nas comunidades pesqueiras, a luta pelo território é uma questão ecológica que deve ser percebida por todos os seus membros, levando cada um para fora do seu círculo de autorreferência, pois é uma questão que envolve alteridades concretas (SOUZA, 2004), as quais carregam toda a carga simbólica e afetiva, as manifestações e o modo como as comunidades se organizam (SANTOS, 2005). A questão do território nos leva para fora das nossas representações, nos fazendo enxergar outras alteridades. “O pensamento como que sai

de si mesmo, [...] para se relacionar com aquilo que não é ele.” (SOUZA, 2004. p. 9). Assim, o papel da educação é nos levar ao encontro dessas alteridades concretas, que existem e resistem nos territórios, mesmo diante da incompreensão da base ética. A educação como um constitutivo do humano na sociedade, para que as pessoas conheçam as possibilidades e para que a falta de conhecimento não seja excludente estruturante, se dá a partir de pedagogias decoloniais encarnadas no território e forjadas na resistência e na luta dentro da modernidade/colonialidade.

Para o Ministério da Educação (2005), é importante considerar dentro de qualquer proposta pedagógica voltada para comunidades de pescadores e pescadoras e ou aquicultores familiares “o chão no qual está calcada a experiência sociocultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados por eles ao longo de suas histórias.” (BRASIL, 2005, p.7). Como explicita Freire (1997):

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 1997, p. 41).

Assim, um currículo organizado a partir dessa perspectiva de educação está pautado em um “desdobramento ético da autocompreensão do ser humano no lugar que habita, que funda, de onde provém, e que convém cuidar em termos de perspectiva de futuro.” (SOUZA, 2004, p. 8), o que só é possível pela junção entre ética e ecologia a partir de um movimento de levar para fora as nossas representações e trazer para dentro outras alteridades, logo, outras percepções e outros níveis de sensibilidades e representações concretas. Retomo o poema de

71

Rubem Alves (2004), quando o autor afirma que a função primordial da educação é ensinar a ver. Afinal, como enxergar alteridades outras e concretas se não conseguimos sair de nossas representações? A dificuldade de entender e validar o conhecimento do outro, muitas vezes, está no fato de querermos entendê-lo a partir da nossa realidade, quando deveríamos desaprender para aprender.

Nessa perspectiva, compreende-se o território, como espaço fundante da práxis escolar, pois é nele que se abrigam os espaços de luta e resistência da e na comunidade, nele está a maneira como a comunidade e as suas alteridades dialogam, é o local onde o cuidado traz

perspectiva de futuro. É uma práxis baseada na reflexão sobre a casa, sobre o lugar, sobre o território, logo sobre o lugar da condição humana na comunidade e no mundo. “Oikos” e “Logos” coloca a escola diante da reflexão necessária sobre o território/casa, território/vida e as relações éticas que se dão nesse espaço diante das diversas alteridades (SOUZA, 2004).

As questões ecológicas nos levam a pensar para além de nós, fora do círculo de autorreferência, como expressa Souza (2004). Elas, muitas vezes, passam despercebidas às questões humanas, pois envolvem alteridades. Assim, a luta pelo território não é uma questão individual ou somente dos povos das águas; é uma questão que nos coloca diante do desafio de sairmos de nós mesmos e enxergarmos outras alteridades, a quimera da relação com o outro em sua concretude e realização. O que vai definir o futuro do ser humano é justamente a sustentação ética do seu ser.

As comunidades tradicionais resistem através da potência de vida composta por uma ética social solidária. Enquanto as outras formas de organização social estão mais preocupadas em contestar os direitos da classe oprimida, essas comunidades criam formas outras de continuar existindo. Existe nessas comunidades um princípio ético da luta, que forma uma rede de solidariedade, na qual os sujeitos subalternizados buscam se organizar, assim, há uma luta pela existência e uma resistência constante.

Há uma solidariedade orgânica, baseada numa ética do cuidado que ainda sobrevive, na qual as pessoas se constituem na convivência com outro, num lugar e num tempo. É uma ética da compreensão (DUSSEL, 2016) desse lugar onde a alteridade representa os afetos necessários para que essas comunidades possam resistir e criar modelos outros de organização, apesar da modernidade.

No contexto da modernidade, a educação popular se firma como forma de resistência ao sistema capitalista e os processos de decolonização, se constituindo como força contra os

72

padrões instituídos pela modernidade. Ela se organiza como resistência na luta das classes populares pela emancipação. Deve surgir das demandas do povo, pois este é o maior material que o educador tem para elaborar os processos de intervenção, aproximação e emancipação na sociedade. Assim, para os pescadores artesanais, a educação com base no território se constitui como mecanismo de mobilização e organização social e política dentro das comunidades litorâneas e ribeirinhas, na luta contra a não homogeneização dos seus valores e cultura.

A educação, nesse sentido, nas comunidades litorâneas e ribeirinhas, não é só uma forma de justiça social, mas também fomenta práticas de resistência e luta pelo seu modo de organização, pois impulsiona o exercício da democracia e da ação frente aos diversos impactos que assolam essas comunidades. São pedagogias decoloniais que impulsionam outras formas de ver, sentir, reviver, se organizar, sentir e se relacionar.

Essas comunidades são necessárias práxis educacionais que valorizem essa perspectiva emancipatória que a educação popular e a pedagogia decolonial têm como premissas, entendendo o território enquanto local de resistência na luta dos pescadores e pescadoras e marisqueiras, devendo estar comprometida com as perspectivas e práticas decoloniais que emanam da comunidade. Durante as intervenções que forem realizadas junto a essas comunidades, através das práticas educacionais dentro ou fora do âmbito escolar, é necessário estabelecer o diálogo com as lideranças e, numa relação dialógica de aprendizagem mútua, fortalecer a identidade cultural e profissional desses povos, fazendo com que os mesmos participem efetivamente da vida da e na comunidade.

Evidentemente, não é apenas por trabalhar com as camadas populares que um programa educativo se torna de “educação popular”. O que imprime o caráter de “popular” é o fato de esse programa ou movimento colocar-se a serviço das classes subalternas; estar ao lado das populações oprimidas em suas lutas de libertação. (FAVERO, 2006, p. 266).

Dentre as quatro visões de Educação Popular expressa por Brandão (2002) a segunda valoriza a “importância do viés cultural da educação popular” e a quarta expressa que Educação Popular “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós.” (BRANDÃO, 2002, p.142). Nesse sentido, a Educação Popular é:

73

[...] uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida-e-volta nas relações pedagógicas de teor político, realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”. (BRANDÃO, 2002, p. 141-142).

A educação, conforme Gohn (2005) propicia a justiça social, pois incita a busca por melhoria na qualidade de vida a partir de mudanças atitudinais frente os problemas de ordem

social, ambiental e política, indo de encontro à massificação cultural e às injustiças impostas pela globalização. Diante disso, pensar a educação e a formação de pescadores e pescadoras “se deve à perspectiva de possibilitar o enfrentamento dos problemas referentes à melhoria das condições de vida e dignidade dos pescadores e suas famílias.” (ARAÚJO, 2011, p. 97). Para tal, conforme Freire (1997), a Educação Popular deve ser pragmática, progressista, devendo a experiência estar incluída no sistema educacional e também crítica, em que o sujeito precisa se encontrar na educação (práxis).

“A Educação Popular nos princípios freireanos nos dá caminhos para compreendermos a pedagogia decolonial por dentro dos sistemas de ensino.” (MOTA NETO, 2019), pois essa pedagogia se alinha à pedagogia de freiriana a partir do “COMO” (WALSH, 2014), as práticas decoloniais se instauram e acontecem na comunidade, vislumbrando na educação popular “o longo capítulo das longas genealogias das pedagogias decoloniais” (MOTA NETO, 2019).

A pedagogia decolonial representa a “pedagogização” dos estudos decoloniais de Catherine Walsh – idealizadora do conceito. A decolonialidade, enquanto prática de insurreição é uma reação aos processos de opressão perpetrados pela modernidade/colonialidade. Ela questiona a colonialidade, onde esta é um padrão de poder que, mesmo após o fim do colonialismo – como o entendemos historicamente -, ainda continua sustentando as relações assimétricas de poder vigentes até hoje. Decolonialidade seria as forças insurgentes que vêm da própria população organizada, que se contrapõem às forças do controle dominador. São formas de resistência e de propostas outras de relações de poder, de ser e de saber; a pedagogia decolonial representa as diversas práticas pedagógicas decoloniais que se instauram nas comunidades como que fissuras no muro da modernidade (WALSH, 2014).

74

A decolonialidade foi difundida pelo grupo que ficou conhecido como Modernidade/Colonialidade. O grupo foi construído a partir da diluição do Grupo Latino americano de Estudos Subalternos, em 1998. Já em 2000 é publicada: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. (tradução nossa) A publicação reunia textos do já formado grupo M/C. Arturo Escobar considera o grupo como um "programa de investigação" (Escobar, 2003, p.53). Para o M/C:

[...] a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva (Mignolo, 2003, p. 30). É precisamente desse diagnóstico - elaborado especialmente por Quijano, Wallerstein e

Esse conjunto de pesquisadores questiona a geopolítica do conhecimento, interpretada por eles como a estratégia modular da modernidade, fazendo oposição às perspectivas que tornam os sujeitos invisíveis. Para eles, a modernidade tem suas raízes na colonialidade, sendo esta “constitutiva da modernidade, e não derivada”. (MIGNOLO, 2005 apud WALSH, 2018, p. 3). Assim, entender a modernidade perpassa a análise da estrutura social oriunda dos processos de colonização, pois a modernidade se constitui na violência contra os povos colonizados.

As categorias de análise do grupo Modernidade/Colonialidade baseiam-se no mito da fundação da modernidade - seu principal conceito, em que a modernidade é um mito, pois ela é fruto da negação das epistemologias dos povos colonizados, de outras formas de organização social, e da sobreposição da cultura europeia. A modernidade, sendo assim, não é o resultado do desenvolvimento da razão europeia, mas do epistemicídio (DUSSEL, 2009 apud OLIVEIRA, 2016a). Outras categorias são: o racismo epistêmico, sendo este a expressão da negação dos conhecimentos dos povos colonizados; a colonialidade, como um processo de classificação das diversas populações e “refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.” (OLIVEIRA, 2016a, p. 2 apud MALDONADO-TORRES, 2007).

Criada por Mignolo (2017), outra categoria é a diferença colonial: este conceito representa a possibilidade de criação de um novo horizonte epistemológico; nessa perspectiva, existe o interesse pelo que é produzido por sujeitos subalternizados e o que se produz fora da epistemologia eurocêntrica. Além da transmodernidade, que “indica todos os aspectos que se situam "além" (e também, cronologicamente, "anteriores") das estruturas valorizadas pela

75

cultura euro-americana moderna” (DUSSEL, 2016, p. 63); e, por fim, a interculturalidade crítica e a pedagogia decolonial que propõem um giro epistêmico a partir da construção de um novo espaço de diálogo epistemológico de construção de conhecimento, observando e questionando a colonialidade e seus efeitos (OLIVEIRA, 2016a).

Essas categorias são distantes das postas e legitimadas pela Modernidade, que possuem suas bases pautadas em um modelo eurocentrado de ser humano e sociedade e que não propiciarão a valorização e revolução epistêmica, pois a colonialidade baseia-se no não diálogo com epistemes que não estejam pautadas em seu paradigmas, sendo que, nessa ordenação, “a

opressão se retroalimenta ao aparentar única verdade.” (SILVA CARVALHO, et al., 2018, p. 18). O discurso totalitário oriundo e mascarado pela modernidade/ colonialidade representa a morte do diálogo, pois anula os discursos que diferem da base colonial eurocentrada e nega todos os direitos democráticos e da diversidade, logo da humanidade, sendo que é na convivência com o outro que ampliamos a nossa área de compreensão das diversas alteridades e saímos da nossa área de representação (SOUZA, 2004).

A modernidade/colonialidade, através do discurso da inclusão e da diversidade, cria estratégias cada vez mais veladas de subordinação, no qual, diante de diversos tipos matrizes de colonização a desumanização, ela continua a acontecer. Essa relação dialética entre modernidade e colonialidade historicamente fez com que um modelo único de ciência fosse criado e as epistemologias do ocidente colonizado fossem apagadas; a colonialidade representa o obscurantismo da modernidade.

Conceito criado por Anibal Quijano, a “colonialidade do poder” acena que a dominação colonial é epistêmica e política, muito mais que geográfica. A colonialidade do poder estrutura as questões racistas e que subjagam e desvalorizam todo o aparato cultural dos povos subordinados. A partir de uma categorização binária de humanização e racionalização coloniza-se o ser, sendo que o eurocentrismo tem suas epistemologias validadas em detrimento de outras, pois o saber passa a ser colonizado (OLIVEIRA, 2016a; WALSH, 2009c).

A colonialidade do saber é um produto da geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2003) e, evocando Paulo Freire (1983), podemos identificá-la através da educação bancária, que não só coloniza o saber, mas também o ser, quando os transforma em objetos. A geopolítica do conhecimento afirma seus paradigmas como verdades absolutas e invisibiliza as outras formas de conhecimentos produzidas por outros sujeitos, silenciando suas histórias,

76

memórias e modo de ser organizarem. Ainda estabelecendo o diálogo com Freire (1983) e com a educação popular, é possível identificar nos pressupostos freirianos, como a práxis pedagógica baseada nos saberes populares, nas vivências dos educandos e na valorização da cultura, que eles expressam uma forma de resistência ao que atualmente conhecemos como geopolítica do conhecimento. A educação popular já questionava a invisibilidade das comunidades, principalmente as tradicionais, e sempre esteve presente na formação educacional dos pescadores e pescadoras.

Para além da colonialidade do poder/ser/saber, de acordo com Walsh (2009b), a

colonialidade cosmogônica ou mãe-natureza é onde ocorre a categorização das comunidades e dos povos, a partir da relação homem/natureza, as entendendo como primitivas ou modernas a partir das relações estabelecidas entre a espiritualidade, a terra e a ancestralidade. Essa colonialidade abrange diretamente as comunidades tradicionais pesqueiras, já que estas têm na natureza, no território e nos saberes ancestrais toda a sua forma de organização.

Segundo Walsh (2009c)

[...] es esta dimensión que permite profundizar el problema existencial ontológico, particularmente de los descendentes africanos, um problema enraizado no solo en la deshumanización del ser, sino también en la negación y destrucción de su colectividad diásporico-civilizatoria y la filosofía que es de ella, como razón y práctica de existencia. (WALSH, 2009c. p. 3-4)²³.

A colonialidade do poder age e se engendra dentro das comunidades pesqueiras através da invisibilização social e da ocultação da representatividade ambiental e econômica que essas comunidades assumem, apagando a importância dos pescadores e pescadoras e marisqueiras para os não-pescadores e para sociedade como um todo. As comunidades litorâneas e ribeirinhas são guardiãs das zonas costeiras e de mangue, mas o racismo ambiental – que tem suas bases na racionalização, através do ataque às comunidades quilombolas e indígenas, direciona seus ataques aos territórios da pesca em detrimento das áreas onde estão os grandes empreendimentos do agro e do hidronegócio e do turismo. “Dentro do contexto de demanda mundial em defesa da natureza, os Povos e Comunidades

²³ é essa dimensão que nos permite aprofundar o problema ontológico existencial, particularmente dos afrodescendentes, um problema enraizado não apenas na desumanização do ser, mas também na negação e destruição de sua comunidade diaspórica-civilizadora e na filosofia que é sua, como razão e prática de existência (tradução nossa).

Tradicionais passaram a ser consideradas importantes, justamente por serem compreendidos como agentes de proteção do meio onde vivem e do qual dependem.” (RÊGO, 2018, p.25).

Esses povos têm suas epistemologias silenciadas, seus conhecimentos e tecnologias tidas como rudimentares e seus modos de se organizarem, muitas vezes, vistos como atrasados, folclóricos ou empecilhos para o desenvolvimento da modernidade. O epistemicídio nas comunidades tradicionais representa a tentativa de morte da comunidade, pois a ancestralidade, as histórias, a memória, a oralidade e a relação sistêmica que esses

povos têm com o território são o que os caracteriza. São os saberes e as relações ancestrais com o território que mantêm vivas suas identidades e valores. As comunidades pesqueiras possuem uma consciência do ambiente atrelada a sua ancestralidade, devido às suas origens quilombola e ou indígena. Elas carregam consigo as manifestações religioso-sagradas que estão imbricadas nos locais sagrados e a colonialidade vai enxergar essas manifestações como primitivas, muitas vezes destruindo esses espaços sagrados.

A modernidade, enquanto mecanismo que esconde a colonialidade, tem valorizado o discurso da diversidade e da inclusão, porém “[...] convierten en una nueva estrategia de dominación que ofusca y mantiene a la vez la diferencia colonial a través de la retórica discursiva del multiculturalismo y su herramienta conceptual de la interculturalidad “funcional” entendida de maneira integracionista”. (WALSH, 2009c, p. 4)²⁴. Assim, cria-se a falsa ideia de que esses grupos estão sendo incluídos, quando, na verdade, o que se busca é controlar conflitos a serviço do desenvolvimento econômico neoliberal.

A interculturalidade funcional, apesar do discurso da diversidade e da inclusão social, não questiona os padrões de poder responsáveis pela dominação. Ela “responde e faz parte dos interesses e necessidades das instituições sociais dominantes” (WALSH, 2009b, p. 12). Enquanto a interculturalidade funcional naturaliza a diferença, a interculturalidade crítica marca as diferenças e expõe as desigualdades, se preocupando com “os seres e os conhecimentos de resistência, insurgência e oposição que persistem apesar da desumanização e da subordinação” (WALSH, 2009b, p. 13). Ela “é uma construção de e desde as pessoas que sofreram uma submissão histórica e subalternização” (WALSH, 2009b, p.12), trazendo para o centro das discussões sobre desigualdade os padrões de poder que sustentam a exploração, a opressão e o racismo, questionando-os a partir de sua base colonial.

²⁴ [...] elas se tornam uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém ao mesmo tempo a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual de interculturalidade "funcional" entendida de maneira integracionista (tradução nossa).

A diversidade, vista como o centro na reconstrução da história e a base para se aprender novas epistemologias, mesmo sabendo que a autonomia cultural de um povo é um processo lento, mostra ser o caminho contra a opressão. A cultura é dinâmica e mesmo sendo constituídas na e pela diversidade, nós costumeiramente temos nos deparado com um discurso essencialista da diferença. Na educação, a diversidade deve ser o cerne de qualquer processo de construção curricular, pois se educa para compreender o sentido da identidade do outro. Os

sujeitos são a expressão da coletividade (GEERTZ, 2000) e a condição humana é a condição da diferença e da alteridade.

A interculturalidade crítica, vista por Catherine Walsh (2005) como um projeto político que proporciona a interação entre o que é produzido no horizonte da diferença entre o poder colonial (MIGNOLO, 2003) e os saberes ocidentais, sempre questionando os processos de hegemonia e invisibilização dessa relação, nasce nos movimentos sociais de onde “destaca seu sentido contra-hegêmico, sua orientação em relação ao problema estrutural-colonial capitalista e sua transformação e ação criacionista” (WALSH, 2009b, p. 12).

Para Walsh (2005), a interculturalidade crítica representa a:

[...] (re) construção de um pensamento crítico-outro - um pensamento crítico de/desde outro modo -, precisamente por três razões principais: primeiro porque está vivido e pensado desde a experiência vivida da colonialidade (...); segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global. (WALSH, 2005, p. 25).

A autora ainda afirma que a interculturalidade crítica está entrelaçada às questões que perpetram os conhecimentos das pessoas e que têm ligação com suas próprias vidas. É uma preocupação com “a exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmica-cognitiva” (WALSH, 2009b, p. 13) dos povos historicamente marginalizados.

La interculturalidad crítica y la de-colonialidad, en este sentido, son proyectos, procesos y luchas -políticas, sociales, epistémicas y éticas- que se entretienen conceptual y pedagógicamente, alentando una fuerza, iniciativa y agencia ético-moral que hacen cuestionar, trastornar, sacudir, rearmar y construir. Esta fuerza, iniciativa, agencia y sus prácticas sientan las bases de lo que yo llamo *pedagogía de-colonial*. (WALSH, 2009b, p. 15)²⁵.

²⁵ Interculturalidade crítica e decolonialidade, nesse sentido, são projetos, processos e lutas - políticas, sociais, epistêmicas e éticas - que se entrelaçam conceitual e pedagogicamente, incentivando uma força, iniciativa

Na educação, a interculturalidade crítica é a fonte para elaboração de práticas pedagógicas, nas quais diversos tipos de conhecimentos se relacionam. A autora propõe que a interculturalidade crítica seja como um eixo na educação e que funde os processos de construção de políticas educacionais, “um processo de estudo e aprendizagem inter epistêmico” (WALSH, 2009b, p. 9).

Para tal empreendimento, faz-se necessário o questionamento político das desigualdades sociais, das discriminações, do racismo, o questionamento dos currículos monoculturais, a promoção da afirmação do outro não ocidental como sujeitos políticos e coletivos e a negação das diferenças como fator de desigualdades sociais. (OLIVEIRA, 2016b, p. 10).

Quem se quer formar? É através da concepção de currículo em que a escola está ancorada que se antecipa quem se quer formar; a resposta para essa pergunta está nas concepções que delineiam os sujeitos que serão forjados na escola. A prescrição de currículos expressa uma antecipação que traz entraves ao diálogo com a comunidade. Não se trata de excluir os conhecimentos tidos como obrigatórios para a construção do currículo, mas de vencer o currículo estritamente disciplinar e construí-lo no diálogo com a diversidade epistemológica, organizando um fazer educacional sistêmico a essas epistemes.

Não é transformar o debate educacional e suas políticas em um campo bairrista de embates de saberes e conhecimentos, mas buscar a efetivação de políticas públicas, fazeres educacionais e currículos que valorizem o local onde a escola está inserida, aprendendo com a comunidade o que é importante para ela e, ainda assim, proporcionar aos educandos o direito de se apropriarem de outros conhecimentos para que possam transformar a educação em instrumento de luta e justiça social e de ocupação efetiva de espaços onde as comunidades possam enfrentar de igual para igual a sociedade que o subalterniza, compreendendo as manifestações no mundo e lendo a realidade.

As práticas e planejamentos escolares precisam ter seus currículos repensados a partir dessas realidades subalternizadas e das pedagogias que surgem nas fissuras da ordem moderna. O modelo educacional para elaboração do currículo está dentro da comunidade. A escola está dentro do território e tudo parte dele; do chão é que vão brotar os conteúdos que serão trabalhados. O território é um longo espaço de aprendizagem, pois é o campo da

agência ético-moral que fazem questionar, aborrecem, agitam, rearmam e constroem. Essa força, iniciativa, agência e suas práticas lançam as bases do que chamo de pedagogia decolonial (tradução nossa).